



Anais da Assembléia

N.º 155

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 1.980

ANO VI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 154.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 8 DE DEZEMBRO DE 1.980

(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Aguinaldo Pereira Lima e Lineu Turra.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Lineu Turra, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão e instalado o Período Extraordinário de Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob os n.ºs 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305 e 306/80, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei, sob os seguintes números:

123/80: Do PODER EXECUTIVO, proposta de orçamento plurianual de investimentos para o triênio 1981 - 1983, o qual convertido em Lei tomou o número 7.390.—
Anote-se. Arquite-se.

110/80: Do Sr. Deputado JOSÉ ANTONIO DEL CIEL, que concede o Título de Cidadão Honorário do PARANÁ, ao Sr. ALÉSIO VAZ PRIMO, o qual convertido em Lei tomou o número 7.388.— Anote-se. Arquite-se.

137/80: Do PODER EXECUTIVO, que estabelece limites autorizativos para contratação de empréstimos a projeto especial, pela administração direta e indireta do Estado, (Anexo 6 volumes do PRO-RURAL), o qual convertido em Lei tomou o número 7.391.— Anote-se. Arquite-se.

103/80: Do Sr. Deputado GILBERTO CARVALHO, que concede o Título de Cidadão Honorário do PARANÁ, a FELIPE TIAGO GOMES, o qual convertido em Lei tomou o número

7.394.— Anote-se. Arquite-se.

78/80: Do PODER EXECUTIVO, que denomina GOVERNADOR BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETTO, a Usina Hidrelétrica Foz do Areia, da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, o qual convertido em Lei tomou o número 7.393.— Anote-se. Arquite-se.

170/878: Do Sr. Deputado LUIZ GABRIEL SAMPAIO, que concede Título de Cidadão Honorário do PARANÁ, ao Engenheiro KARLOS RISCHBIETER, o qual convertido em Lei tomou o número 7.392.— Anote-se. Arquite-se.

92/80: Do PODER EXECUTIVO, que cria cargos nas carreiras de Engenheiro Civil, Engenheiro Agrônomo e Engenheiro Mecânico, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o número 7.395.— Anote-se. Arquite-se.

152/80: Do PODER EXECUTIVO, que concede um abono provisório, aos funcionários civis e militares do Estado, para ser pago somente no mês de dezembro de 1980, o qual convertido em Lei tomou o número 7.396.— Anote-se. Arquite-se.

136/80: Do PODER EXECUTIVO, proposta de orçamento anual, para o exercício de 1981, o qual convertido em Lei tomou o número 7.397.— Anote-se. Arquite-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER expressa manifestação do Plenário, para aprovar requerimento em que se pedem urgentes providências do DETRAN e PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, com respeito a SEGURANÇA DE TRÂNSITO, para o trecho viário da Rua Brigadeiro Franco, entre as esquinas de Martin Afonso e Padre Agostinho, local onde estão se registrando os piores e mais trágicos acidentes de tráfego da Capital do Estado.

Sala das Sessões, em 8 de dezembro de 1.980.

(a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

O intenso fluxo de tráfego que escoia do anel central pela Rua Brigadeiro Franco, ao encontrar o tráfego pesado das Ruas Martin Afonso e Padre Agostinho, que funcionam como entrada e saída Norte, respectivamente, tem sido o causador dos piores e mais lamentáveis acidentes de trânsito ocorridos ultimamente em Curitiba.

Tanto a violência dos impactos, como o trágico saldo destes acidentes, traumatizou os moradores dos bairros vizinhos e em especial as famílias da região que até deixaram de frequentar a Praça 29 de Março, exatamente em função da insegurança total do tráfego ali existente.

Além de tudo isso, a recente implantação do RTI, congestionou mais ainda as referidas vias de acesso. Estas por sua vez, não foram condizentemente equipadas com sinalização para tráfego pesado, não existe a fiscalização permanente e por isso mesmo, a velocidade tem sido desrespeitada e tem se constituído na causa dos pavorosos acidentes ali verificados. Quanto a estes, para se ter uma idéia aproximada de suas proporções, basta lembrar que nos dois últimos recentes, foi necessária a

presença do Corpo de Bombeiros para que se evitasse verdadeiras tragédias. Fácil portanto de entender o clima psicológico do medo que tomou conta dos moradores da vizinhança, ao ponto de não mais deixarem as crianças irem à praça para recreação.

Visa pois o requerimento, sensibilizar as autoridades responsáveis pelas providências imediatas que devem ser tomadas, quer para a proibição do tráfego pesado, para coibir o abuso de velocidade ou equipar referidas vias públicas com sinalização eficiente, além de estender uma vigorosa e inflexível fiscalização no local.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações ao Sr. Nelson Martinazzo, Vencedor do Concurso Nacional de Produtividade.

Sala das Sessões, em 8 de dezembro de 1.980.

(a) DAVID CHERIEGATE.

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Nelson Martinazzo, agricultor natural do Município de Dois Vizinhos, acaba de ser agraciado com o título de Campeão de Produtividade Nacional, através do concurso realizado a nível nacional pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, encaminhamento de ofício ao Sr. Secretário de Estado da Educação, Professor EDSON MACHADO, solicitando estudos para a criação do Ginásio Estadual na Escola Paulo Pimentel - Ensino de primeiro grau, no Guatupê, Município de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 8 de dezembro de 1.980.

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

Na escola acima referida, somente existe ensino até a quarta série e os alunos que precisam estudar da quinta à oitava séries, deslocam-se à Escola Afonso Pena, numa distância de sete quilômetros.

A população do Guatupê vem reivindicando há muito tempo a criação dessas séries, pois são centenas de escolares que são obrigados a andar sete quilômetros por dia, ou, deixar de estudar, devido às dificuldades acima mencionadas.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já há algum tempo não venho a esta tribuna para falar dos problemas de natureza da segurança pública de Cascavel.

Mas, ultimamente a situação vem se agravando gigantesco.

A população não sabe mais para quem apelar. Os roubos de carros existem todas as noites. As reclamações de que a polícia nada faz para solucionar, nada se move para impedir a ação de marginais e de puxadores de carros, principalmente para o Paraguai.

A situação é calamitosa, sobretudo agravando ainda mais as dificuldades da classe média e as dificuldades dos funcioná-

rios de nível, sejam eles de empresas privadas ou públicas, de nível médio.

Todas as reclamações existentes na Delegacia, poucas delas são resolvidas.

O jornal "Hoje" de Cascavel, de número 175, traz estampada uma enorme manchete: "Carros roubados. O Governo é omissivo e nada faz". E traz uma série de reportagens relativas aos roubos de carros existentes já de longa data em Cascavel.

Mas até agora o que espanta, Sr. Presidente, é que não há nenhuma ação positiva, no sentido de solucionar esta questão.

A Câmara de Cascavel vem fazendo seguidos pronunciamentos e denúncias e aqui, na Chefia do Estado, nenhuma notícia eclode para solucionar este impasse.

Agora, quando surge movimento de natureza a obstruir os setores de arrecadação, daí o Governo do Estado mobiliza todas as suas Secretarias para evitar o desastre.

Quando o povo reclama, quando a população está à mercê de sua própria sorte, quando já se fala inclusive que é necessário a sociedade fazer um corpo policial paralelo, independente, o Governo se omite.

É por esta razão, em nome da população de Cascavel que nenhuma proteção tem contra as medidas delituosas já acentuadas de muitos anos até esta parte, Sr. Presidente, é que venho à tribuna.

Roubos de carros, em Cascavel, sempre foram um meio ilícito de enriquecimento e, até agora, a Polícia nenhuma providência positiva tomou.

São problemas de morte, de arrombamento e, sobretudo, estes casos e há na rua comentários até desairosos a posições de algumas autoridades.

Deixo aqui este protesto, ao mesmo tempo que solicitando, pedindo e instando às autoridades do setor, este Sr. Secretário da Segurança que tome as necessárias providências; porque lá, em Cascavel, os crimes até hoje estão acobertados.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

A multa no Brasil é o reflexo da corrupção burocrática e é uma causa da incompetência administrativa.

A multa pecuniária foi adotada pelos brasileiros que, como macaquitos, quiseram copiar os costumes de alguns países, onde, a pretexto de servir à justiça, servia para garantir privilégios das classes abastadas.

A Justiça brasileira está cheia da pena de multa: aberrante, odiosa, injusta. Como é que passa pela cabeça de alguém que ela possa ser instrumento de justiça? Paga quem pode e abusa do seu pagamento quem tem para pagar.

A multa administrativa é outra insolência da tecnoburocracia e dos capatazes da Justiça: empresas e pessoas pagam multas iguais, em situações econômicas diferentes.

É preciso, urgentemente, extinguir a pena de multa contra pessoas e empresas. Ou ajustá-la ao movimento das rendas e dos negócios, tornando-a proporcional e equânime.

Entretanto, não é tolerável que existam multas no Código Penal nem no Serviço de Trânsito.

Para dar um exemplo: artigos do Código Penal oferecem a opção entre pagar multa ou cumprir prisão. E assim se diferenciam as penas e as fianças, entre os que têm e os que não têm.

Justiça corrompida, inepta, injusta.

No trânsito, o problema chega às raias do absurdo enquanto saem os funcionários à cata de multas para encher as bolsas e o erário, o tráfego continua deficiente, grave, perigoso. E a maioria dos fiscais de trânsito anda de bloco na mão mun-

do pelo bolso, segundo a riqueza de cada um se faz um tipo de justiça.

Se houvesse justiça no Brasil, os juízes teriam que condenar o Poder Público a pagar indenizações da maioria dos acidentes e incidentes do trânsito. Enquanto seus fiscais andam de bloco na mão, punindo rigorosamente quem não tem dinheiro ou luta com dificuldades para sobreviver, as ruas e os cruzamentos não têm fiscalização e os acidentes ocorrem numa proporção impressionante.

As arrecadações provenientes de multas representam uma parte cada vez mais importante dos orçamentos municipais, estaduais e federais. Recursos amealhados contra a má-prestação do serviço de fiscalização pública e segurança do cidadão.

Preferindo pagar uma multa a perder um privilégio, o meliante rico, o empresário especulador, o motorista irresponsável fazem o que preferem. Enquanto isso, a multa para o cidadão comum, o pequeno empresário, o motorista eventualmente infrator sofre o peso da punição pecuniária, para a qual ele não tem remissão, nem influências para diminuir ou apagar.

É uma questão que todos enfrentamos no dia-a-dia, mas o perigo é que podemos acostumar-nos a esse estado de coisas. É muito grave e realça a injustiça administrativa, social e jurídica. É preciso por um parapeito neste aspecto da corrupção administrativa e na incompetência política.

A multa é um instrumento odioso de discriminação e de corrupção em escala nacional."

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso, inscrito.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Gostaria só de levantar aqui uma questão que está envolvendo os motoristas de táxi da cidade. Não só da cidade, mas do Paraná e do Brasil.

Os motoristas hoje, profissionais do volante, passam pelo maior sufoco desde a sua existência, face ao elevado preço da gasolina, e já desesperados, esses mesmos profissionais, com a perspectiva de um novo aumento do combustível a partir de janeiro.

Então, eles ficam no impasse do aumento da tarifa, consequentemente, aumentando a tarifa, afugenta-se os passageiros. E isso aí faz com que milhares de chefes-de-família abandonem suas profissões.

Muitos motoristas de praça, motoristas de táxi, hoje, estão envolvidos em outras atividades, algumas até fora da lei. Muitos motoristas de táxi, hoje, transportam material do jogo-do-bicho; transformaram-se, até, em contraventores, porque a situação atual do País, o caos social imposto, a inflação, obrigou-os a recorrer a esse tipo de trabalho.

Então, na verdade, só existe uma fórmula capaz de possibilitar a melhoria para esta classe: é o subsídio da gasolina.

Mais uma vez nós estamos, daqui, levantando a nossa voz, a favor do subsídio para os taxistas, de, pelo menos, 30 litros por dia, com preço estável.

Dizer que não existe fórmula capaz de possibilitar a adoção deste sistema, é aceitar um atestado de incompetência; se os técnicos do Governo existem, se são pagos rigorosamente em dia, se ganham fortunas para manter um "status" que cuidem do assunto encontrando a maneira ideal para implantação deste sistema.

O Governo Federal, dias atrás divulgou que está beneficiando os motoristas de táxi do Brasil, com um desconto no pagamento da taxa rodoviária única, com um desconto na TRU.

Na verdade, não está jamais, ou, em poucos casos, bene-

ficiando os motoristas, está beneficiando a empresa; está beneficiando muitas vezes o proprietário do veículo.

Mas, o motorista profissional, aquele que enfrenta muitas vezes 18 horas de trabalho para levar um pouco de dinheiro para casa, este está sendo prejudicado, e o Governo fica acenando com esse desconto de dois por cento sobre o valor do carro, na taxa da TRU.

Não está beneficiando, repito, noventa por cento dos taxistas; se beneficia apenas sete a dez por cento, que é a margem dos profissionais do volante que possuem o veículo, que são proprietários de carro.

Mas, na verdade, beneficia muito mais as empresas, aquelas que, hoje, detêm em seu patrimônio, 40, 50, 200 veículos.

Estas empresas estão sendo beneficiadas, e o motorista, como sempre, fica apanhando dentro desse caos social imposto pelo Governo Federal.

Era o que tínhamos a falar mais uma vez, pedindo, em nome pessoal, e solicitando o apoio dos demais colegas, para que a Assembléia Legislativa do Paraná continue a alimentar esta bandeira, procurando estabelecer o subsídio para a gasolina.

Muito obrigado, ilustre Presidente.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — No Grande expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias, inscrito.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de abordarmos o assunto que nos trouxe à tribuna no dia de hoje, queremos, aqui, deixar a nossa solidariedade ao eminente Deputado Nestor Baptista, que falou no Pequeno Expediente, com referência ao problema do DETRAN.

O Deputado Nestor Baptista realmente é um "expert" no assunto, e isso tive conhecimento, pude constatar, através de um programa de rádio que fizemos numa emissora desta Capital, juntamente com aquele Deputado.

Portanto, o Deputado Nestor Baptista trouxe um assunto deveras interessante, e porque não dizer até social.

Os Srs. motoristas de táxi que ganham com a absurda alta do combustível, uma importância insignificante, relativamente aos seus serviços prestados à comunidade, se vêem na obrigação de não ter condições de estacionar seus táxis num ponto onde tenham mais de 3 ou até 3 táxis estacionados. Passa ali o fiscal da Prefeitura e multa em quinhentos cruzeiros esses taxistas.

O taxista ou trabalha para a Prefeitura, ou vai ter que roubar, que assaltar alguém, porque não está encontrando, por parte dos órgãos competentes, principalmente, por parte da Prefeitura, nenhum respaldo, nenhuma colaboração.

Então, o que ele ganha é insuficiente para o pagamento do combustível e das multas que lhe são impostas.

Está se tornando um verdadeiro sadismo o que o Estado, a Prefeitura, vêm fazendo, não só aos motoristas de táxis, mas a todos os que viajam, àqueles que têm compromissos no interior, que viajam com suas esposas, com seus filhos, são sempre seguros por guardas, nas estradas, nas BRs, nas PRs, e são multados por diferença mínima da quilometragem permitida de 80 km-hora.

portanto, fica aqui registrado, Deputado Nestor Baptista, todo meu apoio ao seu pronunciamento. E Vossa Excelência, por certo, voltará ao assunto como fez nesta tarde, procurando amenizar a vida desses taxistas de Curitiba.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, no dia 5 próximo passado, tivemos o prazer de assistir a entrega de 204 títulos de domínio pleno, aos verdadeiros pequenos proprietários do Distrito de Mato Rico, do Município de Pitanga.

Há muitos anos aqueles proprietários vinham reivindi-

cando, junto aos órgãos competentes do Estado do Paraná, a regularização de suas terras.

Acontece que até então não tinha havido interesse para que fosse solucionado o problema aflitivo daqueles pequenos proprietários, os verdadeiros minifundiários, os agricultores de 2, 3, 4, 5 alqueires, considerados pelo INCRA como pequeno agricultor e que estavam marginalizados, estavam até esquecidos pelos órgãos competentes, mesmo com a insistência de anos e anos, pela regularização de suas terras.

Mas, Sr. Presidente, até que enfim esse problema foi solucionado.

Mas para que isso acontecesse, foi preciso que voltasse ao Governo do Estado do Paraná, um homem - o que não é nenhuma novidade, que sempre se identificou com o agricultor, com o homem do campo, Ney Braga.

Assim que assumiu o Governo e que lhe foi levado este problema que tinha naquele Distrito de Mato Rico, 204 proprietários clamando e chorando pela legalização das suas terras, o Governador Ney Braga, de imediato, deslocou para aquele distrito, homens competentes, homens sensíveis ao nosso agricultor humilde e lá, o ITC houve por bem em acertar todos os problemas.

Infelizmente, foram expedidos os 204 títulos de terras. Entregamos, Sr. Presidente, na sexta-feira última, e o senhor veja, Sr. Presidente, da importância que representava aquela situação.

A igreja inclusive se preocupava com o problema. Dom Frederico, Bispo Diocesano de Pitanga, estava presente por ocasião da entrega desses títulos e eu lhes digo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque que ele estava. Porque tem uma igreja em Mato Rico, que pertence à sua diocese e nós que lá conhecemos também, sabemos do interesse da igreja pela regularização daquelas terras, pelo problema social que ela vinha apresentando aos proprietários, foi preciso que até o Bispo D. Frederico se envolvesse no problema e que nos ajudasse.

Mas, Sr. Presidente, não poderemos também aqui deixar de externar os nossos agradecimentos em nome dos novos proprietários de terras, dos novos, legítimos e dignos proprietários do Distrito de Mato Rico, do Presidente do ITC, do Dr. Joaquim Severino, que jamais poupou esforços para que fosse regularizada aquela área de terras; do Dr. Emanuel Cezar Mello, Dr. de Terras também do ITC, que se deslocou inúmeras vezes, por diversas vezes até Mato Rico para, "in loco", poder observar, poder constatar qual o verdadeiro proprietário, quem o verdadeiro proprietário e quem deveria receber o seu título de domínio pleno.

O Dr. Emanuel foi, inegavelmente, homem incansável, que recebeu ajuda também do Dr. Oswaldo Schmidt, Diretor de Engenharia do ITC aqui de Curitiba e principalmente do Dr. Márcio Pereira Costa, engenheiro-chefe regional do ITC, com sede em Guaruapuava.

Este moço foi realmente talvez o que mais se dedicou, o que mais colaborou para que isso acontecesse.

Também do Prefeito, Otacílio Bittencourt, do Presidente da Câmara de Vereadores, Sr. Claudine Rocha.

Esteve presente também conosco, na entrega desses títulos, o representante do 26.º GAC de Guaruapuava, na pessoa do Major Luiz Carlos Julian e por aí os senhores sentem, Srs. Deputados, da importância que até o homem das Forças Armadas Brasileira esteve presente, para abrilhantar ainda mais a entrega desses títulos de terras.

O Sr. Renato Bernardi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Jurandir Messias, me rejubilo ao conhecer a notícia que Vossa Excelência traz à Casa, de cerca de 200 proprietários que passam a ter regularidade na sua situação. Acho uma notícia altamente elogiável.

Agora, imagina Vossa Excelência o sentido então, da luta, não apenas da Oposição brasileira, mas de todos aqueles que têm aquela preocupação com o problema fundiário brasileiro.

Quando se diz que nos nossos campos, no nosso interior, aqui no Paraná nós tivemos um exemplo, mas, quantos milhares de irmãos nossos, que têm o uso, a posse da terra em termos de Centro Oeste, em termos de Amazônia e, até hoje, estão à procura de regularização da sua situação.

Hoje nós temos seguramente no Brasil, cerca de trinta milhões de lavradores sem terra, e temos mais de cinquenta milhões de hectares, provavelmente, na mão de grandes empresas e grandes grupos, que usam essas propriedades ou, para utilizar o nosso próprio dinheiro através dos incentivos fiscais ou, usam essas terras para especulação imobiliária.

E exatamente, na área de maior fartura, que é a área do campo, a área da agricultura, quantas vezes nós vemos sendo erguidos verdadeiros monumentos, a miséria, a humilhação e a opressão, do homem que trabalhando a terra não tem dela entretanto, o seu título de propriedade.

Se o Paraná está de parabéns por este evento, entretanto, a nossa atenção deve ser redobrada para tantas e tantas outras situações iguais ou muito piores do que essas que Vossa Excelência relata, no decorrer desse fato histórico.

Obrigado.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Deputado Bernardi, o seu aparte só temos a agradecer.

Queria, nesta parte, encerrar o meu pronunciamento, e passaria a falar alguma coisa sobre esse problema do seu aparte que Vossa Excelência tão bem colocou.

Sr. Presidente, portanto, nós que conhecemos há tanto tempo o Sr. Ney Braga, para nós não é novidade o seu conhecimento sobre o homem do campo.

Ele veio mais uma vez nos provar que está apto, mas totalmente apto e totalmente identificado com o nosso agricultor paranaense.

Por isso, fica aqui, em nome também dos agricultores de Mato Rico, ao nosso eminente Governador Ney Braga o nosso muito obrigado.

Mas, Sr. Presidente, enquanto o Governador do Estado do Paraná procura solucionar os problemas que vêm afligindo os agricultores há muitos anos, o que ele fez tão bem no seu primeiro Governo, e quem não se lembra? Quantas terras do nosso Estado eram ocupadas indevidamente por homens que, naquela ocasião, naquele tempo nem as conheciam, nem sabiam aonde ficava e que Ney Braga, assim que assumiu, no seu primeiro Governo, já deu solução, naquela época, a milhares e milhares de posseiros que realmente moravam e que exploravam para sua manutenção aquelas áreas de terras.

Sr. Presidente, tenho números dos títulos expedidos do dia 23 de março de 1979, quando assumiu o Governo Ney Braga até esta data.

Tenho dados oficiais e tenho autorização do ITC para divulgá-los.

Foram exatamente dezoito mil títulos de terras expedidos pelo ITC e assinados pelo Governador Ney Braga.

Concedo o aparte ao Deputado Fidelcino Tolentino.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Agradeço a deferência de Vossa Excelência me concedendo este aparte.

Aliás, é um aparte que não queria, não pretendia fazer mas, lamentavelmente, por conhecer profundamente as arestas criadas não só pelo primeiro período do Governo Ney Braga, mas que vinha de antes deste Governo, resolvi fazê-lo.

Agora apregoa-se muito, - e eu tenho a maior respeitabilidade pela pessoa do Governador Ney Braga, devo até favores pessoais, mas isto não me condiciona a deixar de dizer aqui da

tribuna, porque o meu compromisso é muito maior do que um compromisso pessoal, porém o fato é o seguinte: especialmente no Oeste e no Sudoeste do Estado do Paraná, quem resolveu o problema de terras não foi o Sr. Ney Braga não. Absolutamente.

Aqui neste Parlamento, há um Deputado que foi um dos gestores dos negócios para solucionar as questões de matanças que existiam no Sudoeste, que foi um organismo de nome GETSOP.

No Oeste do Paraná, até hoje não foi solucionado o problema da gleba de São Pedro, em que era, desde o primeiro Governo do Sr. Ney Braga, o Banco do Estado um dos maiores interessados de negociatas imobiliárias para interesse de terceiros, que foi a causa principal das desavenças de terras nesta gleba.

Para isto, até hoje não foram resolvidos os problemas de três cidades, e eu cito os nomes, Alvorada do Oeste, Cielito e Cerro Azul, sem contar o problema de Alvorada que até hoje não foi resolvido e a gleba São Francisco, no fundo de Cascavel, divisando com o Parque Nacional.

O SR. JURANDIR MESSIAS – Deputado, é quadro urbano ou área rural?

O Sr. Fidelcino Tolentino – Urbana e rural.

O problema é seriíssimo. Tem o Rio da Paz, em Cascavel, que até hoje não foi resolvido. Mais de trinta anos. O problema Padovani, com o Estado do Paraná, que data do primeiro Governo do Sr. Ney Braga, não foi resolvido.

É muito cômodo virmos à tribuna, e dizer coisas como muitas vezes deixamos passar mas não posso deixá-las passar. Sei que ele empreendeu inúmeros esforços para resolver, mas fico pensando...

Agora, por exemplo, há poucos dias no problema da suinocultura, só posso citar, em nenhum momento o Governo do Paraná falou, na televisão, sobre o assunto, quando aqui esteve o Sr. Figueiredo, Presidente da República. E é um dos problemas mais sérios do Brasil. Teve um Congresso de Veterinários aqui em Curitiba, em que se levantou o problema da peste suína, onde uma pessoa ligada ao Ministério veio dizer que realmente a mesma existe.

São fatos que afetam diretamente o interesse econômico da Nação e, sobretudo, do Estado do Paraná.

Mas, vamos voltar aos problemas de terras.

Queria citar que se propala muito que o Governador Ney Braga, em 1960, e seguintes anos, resolveu a questão de terras do Estado, porque mandou para o Oeste um tal de Coronel Lapa, que era pior do que muitos daqueles “xerifes” do Oeste dos Estados Unidos.

O fato é que a única coisa que ocorreu em Cascavel, foi o seguinte: grileiros de terras contra aquele grupo dominante, foram para outros Estados. Faço então, um questionamento disto, e o Governo precisa responder: onde estão as soluções dos problemas de terras do Oeste do Paraná? Na questão do Coronel Lapa?

Muito pelo contrário foram os posseiros que agüentaram lá em Santa Helena o desafio da Polícia, em que muitos policiais até faleceram. E conheço um que vive claudicando na rua porque foi mandado embora da polícia e aí está, a pedir nos gabinetes; inclusive no meu gabinete, porque está sem pernas. E data daquela época. São fatos que eu precisava relatar, porque acredito que não seja do conhecimento de Vossa Excelência. Não é que eu queira ir contra a pessoa que me merece o maior respeito como pessoa e tudo mais, a nível global de Governo tem estas dificuldades de a gente engolir, deglutir.

Não é possível, Deputado.

E ainda, questiono mais: onde está a solução da Gleba São Francisco, da Gleba Guairacá? Dos problemas que agora o

INCRA andou levantando, porque não foram resolvidos no Governo Ney Braga e não foram resolvidos porque tinha o questionamento: onde é a Faixa de Fronteira? — E o Governo nunca, nunca reivindicou nada disso: por que? Esta é a questão que deixo em aberto no aparte que faço, modestamente, a Vossa Excelência.

O SR. JURANDIR MESSIAS – Deputado Fidelcino Tolentino. agradeço o seu aparte, que veio corroborar com o nosso pronunciamento.

E quero deixar bem claro que mandarei uma cópia destas notas taquigráficas ao ITC, que é o órgão competente, para que ele tenha conhecimento...

O Sr. Fidelcino Tolentino – Vossa Excelência permite um outro aparte? – (Assentimento).

O ITC não é competente. O ITC é absolutamente incompetente para fazer isto. O que o ITC tem feito, inclusive fez na época das eleições, entrega de títulos para promover determinados candidatos da simpatia dos organismos oficiais. A verdade é esta. O ITC fez um acordo com o INCRA, através de uma Comissão, para resolver os problemas de terras que em Cascavel ainda existem, e muitos; e até hoje, não foram resolvidos. Não me lembro agora o nome desta Comissão. Quem deve resolver o problema são os Poderes Executivos, através de uma ação vigorosa, determinada.

Não é ficar fazendo comissões para fazer mordomias, andando para baixo e para cima, com o dinheiro do povo, não. E agora inclusive, quero aproveitar para fazer uma crítica ao INCRA; fiz da tribuna e refaço novamente, neste instante.

O INCRA elevou em mais de dois mil por cento alguns casos da tributação do Imposto Territorial Rural.

No Brasil, Sr. Presidente e inclusive agora, vai ser tributado, e não vi nenhuma voz se levantar aqui ainda, sobre a elevação da taxa de incidência sobre os negócios imobiliários. Todos sabemos que os negócios imobiliários hoje no Brasil constituem uma das metas mais fáceis do enriquecimento.

Essas são as ponderações que queria fazer, em diálogo, com Vossa Excelência.

O SR. JURANDIR MESSIAS – Deputado Fidelcino, realmente seu aparte merece todo o nosso acatamento, o nosso respeito. Mas Vossa Excelência há de convir que o Governador Ney Braga, pegou uma herança, uma herança que não tem, quase que insolúvel. É tanto herdeiro, é tão complicado. É um problema tão complexo que ele assim mesmo vem procurando solucionar.

O ITC, hoje, a sua Diretoria, é composta por homens bem intencionados e que vêm ajudando, vêm dando todo o respaldo a Sua Excelência o Governador Ney Braga. Porque Vossa Excelência há de convir, que sem um pessoal gabaritado, sem homens com boa vontade que queiram ajudar, ele sozinho jamais teria condições de solucionar esse problema. E eu ainda vou juntar a esses problemas de Vossa Excelência, o problema de Pitanga.

Pitanga tem um imóvel “tigre”, que existe um processo que tramita pela Comarca da qual fui, por muitos anos, o Escrivão do Cartório Civil, há mais de 30 anos existe este processo. E agora, me parece, com a interferência do ITC e do Governador Ney Braga, estamos chegando a um denominador comum, estamos chegando ao final.

Há o problema da Gleba São Pedro, também Vossa Excelência deve saber que já está sendo ultimado os serviços de engenharia, de acomodações dos proprietários, de localização, para que sejam expedidos os títulos aos verdadeiros proprietários dos imóveis, São Pedro, que não é da minha região, mas tenho conhecimento porque, agora, conversando com eles, me disseram que querem solucionar todos os problemas

atinentes ao ITC. Não se fala em INCRA, porque a eles não compete.

Mas, aqueles que estiverem vinculados ao ITC, eles querem até o fim do Governo Ney Braga, dar uma solução, entregando os títulos de propriedade aos seus verdadeiros donos, aquele verdadeiro agricultor que está lá trabalhando.

Portanto, nobre Deputado, afirmarei mais uma vez a Vossa Excelência, que encaminharei uma cópia deste pronunciamento ao ITC, à Casa Civil, com o seu aparte, inclusive, que me parece, foi válido, e servirá como sugestão até, para um Governo bem intencionado, porque para os mal intencionados, Deputado, não serve.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Vossa Excelência tem um minuto para concluir.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Agradeço. Quero finalizar, respondendo em parte o aparte do Deputado Renato Bernardi, nosso Líder, dizendo que, enquanto o Governador do Estado do Paraná, Sr. Ney Braga, ratifica o seu conhecimento com o homem do interior, o homem do campo, isso não acontece, Deputado com o INCRA, que agora, em 1980, quando enviou aos bancos a cobrança dos novos impostos, teve uma alta tão absurda, mas tão absurda, que não tem números aqui para explicar.

Quem pagava 10, passou a pagar 200; quem pagava 30, passou a pagar 400, 500 mil cruzeiros; quem pagava 2, passou a pagar 100 mil.

Então, não vejo números para explicar um absurdo como este.

Agora, digo porque: lá em Brasília estão os tecnocratas, fechados em suas salas de cadeiras de luxo, nunca viram uma lavoura, não sabem o que é um plantio de feijão, de arroz e de soja, mas sabem manusear os números.

Então eles acham que o agricultor tem que pagar um absurdo, o agricultor tem que ser o sacrificado, tem que pagar altíssimas importâncias, tem que vender parte de sua propriedade, como está acontecendo no interior do Estado, para pagar o INCRA, porque se não pagar, vem a cobrança judicial, vem o juro, a correção monetária, este absurdo, em cima do lavrador.

Então, ele está vendendo um pedacinho de suas terras, para ter condições de pagar o imposto do INCRA.

Eu perguntaria ao Deputado Erondy Silvério, se me permitiria 5 minutos para concluir, no horário da Liderança.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência tem abrilhantado a sessão de hoje, com o pronunciamento que faz da tribuna, e será uma honra para a Bancada do PDS, que Vossa Excelência use todo o horário, e se fosse e possível eu daria o dobro, ainda, mas está fora do meu alcance.

Vossa Excelência realmente está fazendo um grande pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — O nobre Deputado passará a falar no horário reservado ao PDS, por 15 minutos.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, o INCRA, infelizmente, é um órgão dirigido por homens que me parece, não têm o mínimo conhecimento e a mínima sensibilidade humana, até.

Porque taxar um imposto, como esse agora de 1980, Sr. Presidente, é coisa nunca vista, em nenhum país deste continente. E o Brasil, um País essencialmente agrícola; um País que o Governo depende, exclusivamente da agricultura, é na agricultura que ele vai buscar sua arrecadação, o ICM. Como pode o INCRA cometer um abuso, um crime como

este? Não podemos ficar calados. Temos que falar alguma coisa em defesa do nosso agricultor, porque ele já está depauperado, já é um sofrido.

Como o Banco do Brasil não financia o homem que tem 5, 10 alqueires? Por que essa discriminação, Sr. Presidente? É esse pequeno agricultor que deveria ter essa facilidade. É esse agricultor que deveria ir ao Banco, tirar o dinheiro para o plantio da sua lavoura. Mas não. As portas dos estabelecimentos de crédito, principalmente do Banco do Brasil - que sabemos que não é um banco para ajudar a agricultura brasileira, mas, um banco para auferir lucros absurdos, como já foi dito nesta Casa, por um Deputado, que o maior lucro que já se viu no mundo, auferido por um banco, foi o do Banco do Brasil! Que banco é esse? Pois o nosso pequeno agricultor que o Governo de Brasília, através de seus auxiliares, de seus homens de confiança, vem tratando com tanta indiferença, com tanta injustiça, Sr. Presidente.

Eu pergunto, Sr. Presidente, em 1982, quando das eleições, não é este um prato cheio para as oposições? E nós o que vamos dizer, quando a caravana das oposições passar e, logo em seguida, a nossa, e o povo, o pequeno agricultor, comprovar o absurdo que o Governo está fazendo, que o INCRA está fazendo com ele?

E nós, nós, o que vamos dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a esse povo, a esses eleitores?

Temos que concordar, temos que dizer que as oposições estão certas.

E quem vai eleger os prefeitos, os deputados, os senadores? São os homens do campo, não são os homens de gabinetes de Brasília. Ou serão os tecnocratas de Brasília?

Fica aqui a pergunta, Sr. Presidente.

Não sei. Parece-me que não. Que quem vai eleger são os homens do campo, são os pequenos agricultores que têm 3, 4, 5 alqueires, que têm 5, 6 eleitores em sua casa. É o agricultor que vai eleger seus representantes.

E daí, Sr. Presidente, o que poderão eles cobrar de Ney Braga, dos Deputados desta Casa? Se são os governos que fazem as leis e nós as obedecemos. E o povo, pacatamente, humildemente, vendendo um pedacinho de suas terras, vendendo muitas vezes um animal da sua carrocinha, para ir ao banco efetuar o pagamento do INCRA. Esse homem não vai votar conosco. Esse homem está marcado, Sr. Presidente, marcado pelo INCRA. Jamais, Sr. Presidente, teríamos condições, como está, de pleitearmos junto ao eleitorado, alguma coisa que justificasse a nossa presença na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Concedo o aparte ao Deputado Fiori Luiz.

O Sr. Fiori Luiz — Congratulo-me com a dignidade e a coragem de Vossa Excelência na tribuna, porque na verdade, a situação sócio-econômica do País, é crítica e nós entendemos que o próprio Partido Situacionista precisa de homens com a visão de Vossa Excelência, porque o próprio Presidente Figueiredo disse que o PDS já ganhou as eleições de 82.

Quer dizer, então já perdeu até a graça, porque o Presidente disse que ganhou.

Mas, congratulo-me com essa preocupação de Vossa Excelência e com relação ao lucro do Banco do Brasil no ano de 1979, em dezembro de 1979, o Banco do Brasil fechou o seu balanço com um lucro líquido de setenta e dois milhões de cruzeiros, contando sábados, domingos e feriados. Setenta e dois milhões de cruzeiros o lucro diário, líquido do Banco do Brasil.

Congratulo-me com a preocupação de Vossa Excelência, porque a situação econômica do País está realmente atingindo o caos e é preciso que também os homens que estão empunhando a bandeira do PDS, a bandeira situacionista, tenham também a visão que Vossa Excelência tem da tribuna.

Obrigado.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Agradeço, Deputado Fiori

Luiz, principalmente pelos dados estatísticos que Vossa Excelência trouxe ao conhecimento desse Deputado. Setenta e dois milhões de cruzeiros ... Banco do Brasil. Setenta e dois milhões de cruzeiros, e eles ainda dizem que é o banco do agricultor, o banco que ajuda o agricultor. Então os juros que eles estão cobrando? Calcule os juros que eles cobram para aqueles que eles ainda dão dinheiro. Pois bem. É isso aí o Brasil de hoje, Sr. Presidente.

Infelizmente nada podemos fazer. Podemos falar, podemos gritar, podemos até chorar, mas não seremos ouvidos jamais. Jamais eles vão tomar conhecimento. Digo, Sr. Presidente, que vim do interior, vim do Município de Pitanga, aonde a nossa gente, aonde o meu povo vive da agricultura. O município que hoje se coloca em sétimo lugar no último censo, conheço aquela gente, sei o que estão passando, sei dos problemas que estão enfrentando com esta alta do imposto do INCRA, quase sem ajuda de nada.

Por isso, Sr. Presidente, assim como eu, todos os Srs. Deputados têm uma profissão. Viemos todos aqui, imbuídos de um ideal, cujo ideal nos frustraram, nos roubaram, nos deixaram sem ele.

Haveremos de voltar à nossa vida comum, à nossa vida diurna, cotidiana, um dia, para continuar a nossa vida.

Mas a tristeza, Sr. Presidente, de sabermos que nada aqui fizemos, que nada adiantou a nossa presença aqui, em defesa dos menos favorecidos deste Brasil. Nada, Sr. Presidente, adiantou, enquanto continuar este regime e este sistema, todos aqueles que por aqui passarem, poderão não dizer aqui desta tribuna, poderão não querer dizer. Mas, vão voltar um dia para as suas casas, como eu. Sem nada a fazer.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — No horário reservado, consulto à Liderança do PMDB.

Com a palavra o Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos voltando nesta manhã, da Capital Federal, onde como um dos Delegados do Estado do Paraná, à Convenção Nacional do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, lá estivemos e participamos da definitiva constituição do PMDB, como Partido Político efetivamente formado, estruturado, organizado e agora, a partir de hoje, com o procedimento devido para o seu registro no Tribunal Superior Eleitoral.

Assim sendo, encerramos, Sr. Presidente, o ano de 1980, sob a égide de uma reformulação partidária que acabou por constituir blocos políticos e partidários provisórios nesta Assembléia, nas outras Assembléias, no Congresso Nacional, nas diversas Câmaras Municipais. E se nós entendemos que o PMDB herda por um atavismo político, toda a carga de obrigações e responsabilidade que até então carregava o Movimento Democrático Brasileiro, como um instrumento utilizado pelo povo brasileiro para a resistência democrática, a um sistema autoritário e arbitrário. O PMDB hoje, Sr. Presidente, registrado e ao lado das outras alternativas de oposição que a sociedade civil aí tem demonstrado, tem mostrado, alternativas outras que estão também, na luta diária e constante.

E inclusive, no campo político e partidário, com o Partido Popular, o Partido Trabalhista Brasileiro, o Partido Democrático Trabalhista, o Partido dos trabalhadores, constituindo a grande frente de oposição a um sistema que aí está, Sr. Presidente, e que tem conduzido a Nação a um verdadeiro impasse. Agindo e atuando através do casuísmo muito específico, e quem legisla por casuísmos Srs. Deputados, pelo casuísmo será um dia também esmagado.

E não foi portanto por acaso, e não foi portanto Srs.

Deputados, apenas à empolgação de universitários que se deslocaram de todas as partes do Brasil para a Capital Federal, dando a nós políticos de mandato, políticos de uma certa tradição, um verdadeiro exemplo de desprendimento. Encontrando alguns estudantes, que viajaram quase 3 dias de ônibus às suas expensas, para apenas e tão somente assistir, como platéia, a formação daquilo que eles entendem ser o grande partido do povo brasileiro e que há de ser, sem dúvida alguma, o instrumento mais eficiente para a mudança das estruturas que a Nação brasileira está pregando, está ansiando e, acima de tudo, está dizendo de sua urgência.

Não foi portanto apenas o entusiasmo destes estudantes que lá estavam, não foi apenas o entusiasmo dos líderes sindicais que lá estavam, não foi por acaso que ontem o recinto do Congresso Nacional teve já acopladas às eleições de 1982, a candidatura de Ulisses Guimarães lançada à Presidência da República. Porque se o casuísmo, do qual se utilizou o sistema para a renovação dos seus quadros públicos de plantão, utilizando-se de um Colégio Eleitoral, embasado na composição do Congresso Nacional, na composição das Assembléias Legislativas, numa hipotética delegação popular, quer também parecer, Sr. Presidente, muito claro que, em 1982, a grande crise nacional caminhando para a solução final, com eleições sendo convocadas e sendo garantidas pelo General Figueiredo. E sendo muito claro e muito manifesto que se em 1974, com um mínimo de liberdade, as oposições fizeram 16 vitórias executivas no Brasil, em 78 com todas as restrições da Lei Falcão, da Lei de Segurança Nacional, do Ato Institucional n.º 5, o meio universitário amarrado com o 477, 228, apesar disto, o desempenho da Oposição, nos cargos executivos, foi brilhante.

Em 1982, com as eleições para os diversos governos estaduais, as oposições brasileiras, através das suas diversas alternativas políticas, hão de fazer a maioria esmagadora dos governos estaduais.

E aí o casuísmo do Colégio Eleitoral, vai fazer com que também a 3 de setembro de 1984, as oposições possam escolher o seu Presidente da República.

Não foi outro o sentido daqueles jovens, Sr. Presidente, que talvez nunca tenham visto, nunca tenham assistido a uma eleição direta para Presidente da República. Não tenham tomado conhecimento a não ser pelos livros de História, das eleições diretas para os governos estaduais. Morando em centros universitários, talvez nunca tenham visto um Prefeito eleito pelo povo. Mas no seu faro popular sabem, perfeitamente, que o casuísmo montado para 74 com o General Geisel, para 69 com o General Médici, para 66 com o General Costa e Silva, para 65 com o General Castelo Branco, não vai servir em 84. E as oposições finalmente terão as condições mínimas para a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte que gere, finalmente, um novo pacto social para a Nação brasileira.

Esta a grande missão, a grande função do PMDB, no instante em que formaliza a sua direção nacional na memorável convenção de 6 e 7 de dezembro de 1980. Vamos portanto para a luta, Sr. Presidente!

Vamos portanto para as mudanças de estrutura deste regime.

Vamos portanto para a implantação de uma nova ordem social, com a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte e a elaboração de um novo pacto social para a Nação brasileira!

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Consulto à Liderança do Partido Popular, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PTB, se deseja fazer uso do seu horário. (Declina).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 96/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 45/80, anexa a Mensagem Governamental n.º 80/80 Substitutiva), que institui o Plano de Classificação de Cargos dos Quadros do Pessoal Civil do Poder Executivo, inclusive autarquias, e dá outras providências. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria e da C.F. e da C.R.H., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI N.º 96/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

TÍTULO I DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS CAPÍTULO I DA INSTITUIÇÃO DO PLANO

Art. 1.º — Fica instituído o Plano de Classificação de Cargos, abrangendo os cargos de provimento efetivo do Quadro Único de Pessoal Civil do Poder Executivo e dos Quadros Próprios de suas Autarquias.

Art. 2.º — Para execução do Plano de Classificação de Cargos fica instituído um quadro, com a denominação de Quadro Geral, organizado em duas partes distintas, a saber:

- I - Parte Permanente; e
- II - Parte Especial.

§ 1.º — A Parte Permanente é integrada pelos cargos de provimento efetivo, considerados essenciais à Administração.

§ 2.º — A Parte Especial agrupa os cargos ocupados por funcionários com situações definidas no art. 8.º desta lei, que serão suprimidos ao vagarem.

CAPÍTULO II DOS CARGOS DA PARTE PERMANENTE

Art. 3.º — Os cargos de provimento efetivo da Parte Permanente, dispõem-se em grupos e são identificados por código, categoria funcional, padrão, amplitude de referência e quantidade, conforme o estabelecido no Anexo I.

Art. 4.º — As atribuições e os pré-requisitos exigidos para cada categoria funcional serão definidos em regulamento aprovado por Decreto.

Art. 5.º — O funcionário que, em função da respectiva situação existente em 1.º de julho de 1.980, vier a integrar a Parte Permanente do Quadro Geral, ficará sujeito a um dos seguintes regimes:

- I - de 40 horas semanais de trabalho aquele que, em virtude de lei ou por estar percebendo as gratificações de que tratam os incisos II e III, do art. 172, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, já esteja nesse regime, com exceção dos ocupantes de cargos de Médico, Cirurgião Dentista e Farmacêutico.
- II - de 30 horas semanais de trabalho aquele que não estiver percebendo as gratificações de que tratam os incisos II e III, do art. 172, da Lei n.º 6174/70, com exceção do ocupante de cargo de Médico; e
- III - de 20 horas semanais de trabalho aquele que for ocupante de cargo de Médico.

Parágrafo Único — Aos funcionários de que trata este

artigo é vedada a percepção das vantagens a que se referem os incisos II, III, VIII e X, do art. 172, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970.

Art. 6.º — Os vencimentos básicos mensais dos cargos integrantes da Parte Permanente do Quadro Geral são os constantes das Tabelas I, II e III do Anexo II.

CAPÍTULO III

DO ENQUADRAMENTO NO QUADRO GERAL

Art. 7.º — O enquadramento provisório de funcionário integrante do Quadro Único de Pessoal e dos Quadros Próprios das Autarquias Estaduais, do Poder Executivo, em categoria funcional e padrão do Quadro Geral instituído por esta lei, far-se-á mediante aplicação da Tabela de Correlação de Cargos constante do Anexo III, identificando-se a referência da seguinte forma:

- I - ao vencimento base do cargo efetivo serão somadas as vantagens efetivamente percebidas em 1.º de julho de 1980 relativas aos artigos 170 e 171 e incisos II, III, VIII e X do art. 172, todos da Lei n.º 6174/70, calculadas sobre o valor do vencimento do mesmo cargo efetivo, à época do enquadramento;
- II - a referência de enquadramento será aquela cujo valor, somado às vantagens correspondentes aos artigos 170 e 171 da Lei n.º 6174/70, sobre ela calculadas, seja igual ou imediatamente superior ao resultado do cálculo do item anterior.

§ 1.º — Após o enquadramento provisório, conhecido o número de ocupantes na categoria funcional, far-se-á o enquadramento definitivo, em função do tempo de serviço prestado ao Estado do Paraná, observada a distribuição dos mesmos entre as referências segundo os percentuais seguintes:

- a) 13% na referência 1;
- b) 13% na referência 2;
- c) 10% na referência 3;
- d) 10% na referência 4;
- e) 9% na referência 5;
- f) 9% na referência 6;
- g) 8% na referência 7;
- h) 8% na referência 8;
- i) 7% na referência 9;
- j) 7% na referência 10;
- l) 6% na referência 11.

§ 2.º — Em caso de resultar fração, após aplicados os percentuais de que trata o parágrafo anterior, será considerado o número inteiro imediatamente superior ao obtido e, na eventualidade de ultrapassar o número de cargos existente, o excesso será subtraído da referência inicial.

§ 3.º — Para os fins previstos no § 1.º a apuração do tempo de serviço será feita levando-se em conta o efetivo exercício em cargo ou função no Estado, até a data da publicação desta lei, não se considerando, para esse fim, qualquer contagem de tempo adicional.

§ 4.º — Havendo empate na apuração do tempo de serviço, terá preferência, sucessivamente, o ex-combatente, o de maior prole e o mais idoso.

§ 5.º — quando o número de ocupantes for menor do que o número de referências, o enquadramento definitivo será feito:

- na referência 2, para o funcionário que, na data desta lei conte entre dez e quinze anos de serviço;
- na referência e, para o que conte entre quinze e vinte anos;
- na referência 4, para o que conte entre vinte e vinte e cinco anos;
- na referência 5, para o que conte entre vinte e cinco e trinta anos;
- na referência 6, para o que conte entre trinta e trinta e dois anos; e

- na referência 7, para o que conte com mais de trinta e dois anos.

§ 6.º — Os cargos vagos serão distribuídos por referência, obedecido o mesmo critério do § 1.º, respeitadas a indivisibilidade da vaga e a distribuição a partir da referência final.

Art. 8.º — Integrará a Parte Especial do Quadro Geral o funcionário:

- I - ocupante de cargo de Procurador ou Advogado que tenha optado pelo não enquadramento no regime previsto na Lei n.º 7.074, de 02 de janeiro de 1.979;
- II - ocupante de cargo do Grupo Ocupacional de Engenharia e Arquitetura do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo e dos Quadros Próprios de suas Autarquias que não tenha optado pelo enquadramento no regime previsto na Lei n.º 7.122, de 26 de abril de 1.979;
- III - que se manifestar por escrito, dentro do prazo de cento e vinte dias do ato de enquadramento definitivo, pelo não ingresso na Parte Permanente do Quadro Geral; ou
- IV - cuja remuneração calculada na forma do item I, do artigo 7.º, exceda ao valor resultante do cálculo do item II do mesmo artigo, efetuado com base no vencimento da última referência da categoria funcional na qual seria enquadrado.

Parágrafo Único - São mantidas as mesmas características do cargo ocupado pelo funcionário que passa a integrar a Parte Especial do Quadro Geral, inclusive denominação e nível de vencimento.

CAPÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO DO PLANO

Art. 9.º — Concluído o enquadramento no Quadro Geral, o Poder Executivo, no sentido de dinamizar o Plano, dará início aos processos de ascensão, de progressão e de readaptação.

Art. 10 — Para os fins previstos no artigo anterior, ascensão é a passagem do funcionário, em efetivo exercício, de uma para outra categoria funcional da Parte Permanente, de padrão mais elevado, ou da Parte Especial para a Parte Permanente, atendidos os seguintes requisitos:

- I - escolaridade mínima ou habilitação legal exigida para o outro cargo; e
- II - aprovação em processo seletivo interno.

§ 1.º — O provimento de cargo por meio de ascensão dependerá sempre da existência de vaga.

§ 2.º — No primeiro mês do segundo semestre de cada ano serão indicadas as vagas destinadas ao preenchimento por ascensão e o processo seletivo será realizado no decorrer do mesmo semestre.

§ 3.º — O funcionário que vier a ocupar cargo da Parte Permanente do Quadro Geral, por meio de ascensão ficará sujeito ao regime de 40 horas semanais, exceto quando o cargo for de Cirurgião Dentista ou Farmacêutico, caso em que ficará sujeito ao regime de 30 horas semanais, ou de Médico, cujo regime é de 20 horas semanais.

Art. 11 — Para os fins previstos no art. 9.º, progressão é a passagem do funcionário de sua referência para a imediatamente superior, mediante aferição de desempenho funcional apurado por meio de contagem de pontos, levando-se em consideração:

- I - avaliação de desempenho;
- II - tempo de efetivo exercício na referência; e,
- III - participação do funcionário em processo de treinamento.

§ 1.º — Poderá concorrer a progressão o funcionário que tiver, pelo menos, dois anos de interstício na referência e alcan-

çar o limite mínimo de pontos de aferição de desempenho funcional a ser estabelecido por decreto.

§ 1.º — A progressão será processada no primeiro semestre de cada ano, observados os limites percentuais definidos no § 1.º, do art. 7.º.

§ 3.º — Quando o número de cargos fixado em lei for inferior a onze, não será considerada, para efeito de progressão, mais de uma vaga em cada referência.

Art. 12 — Concluído o enquadramento de que trata o art. 7.º desta lei e havendo ainda funcionário que esteja desempenhando função correspondente a cargo de padrão inferior àquele em que foi enquadrado, o Poder Executivo, com base no que dispõe o art. 119 e seguintes da Lei n.º 6.174/70, procederá a readaptação, "ex-officio", com a finalidade de prover o funcionário em cargo mais compatível com sua capacidade física ou intelectual.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Art. 13 — O funcionário que vier a ser enquadrado em cargo do Quadro Geral e que, na data da presente lei, desempenhava comprovadamente por mais de dois anos, funções próprias de cargos previstos na Lei Complementar n.º 3/74 e na Lei n.º 7.051, de 04 de dezembro de 1.978, poderá participar de processo seletivo interno para ingresso nos cargos iniciais de que tratam as leis em referência, observadas as respectivas habilitações e a existência de vagas.

Art. 14 — O cargo de provimento efetivo de Secretário Executivo do Quadro Próprio do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado, de que trata a Lei n.º 4.339, de 18 de fevereiro de 1.961, fica transformado em cargo de provimento em Comissão, símbolo DAS-4.

Art. 15 — Nenhum servidor inativo poderá ter o montante de seus proventos de inatividade inferior ao vencimento básico inicial estabelecido para cargo correlato àquele em que foi aposentado, ressalvados os casos de aposentadoria proporcional ao tempo de serviço, cuja proporcionalidade deverá ser mantida.

§ 1.º — Nos casos em que as denominações dos cargos tiverem sofrido modificações, a correlação será apurada em face dos requisitos exigidos pelas respectivas leis que estabeleceram tais modificações.

§ 2.º — Para os efeitos deste artigo, o vencimento básico para o cálculo de proventos de inatividade de funcionários aposentados em cargos de Advogado níveis 26 ou 27, posteriormente à data da Lei n.º 7.074/79, será o do cargo inicial da carreira instituída pela referida lei, sem prejuízo, quando aplicáveis, das disposições do art. 140, item III, da Lei n.º 6.174/70, estendendo-se a mesma regra aos casos idênticos em que tenha havido reestruturação de carreira.

Art. 16 — Ao aposentado, ou àquele que vier a se aposentar em cargo da Parte Permanente do Quadro Geral instituído por esta lei ou em cargo de que tratam as Leis n.º 7.074/79 e n.º 7.122/79, não se aplica o disposto na Lei n.º 6.794, de 08 de junho de 1.976, exceto quanto àquele aposentado, após a data desta última lei, com proventos correspondentes aos de cargo em comissão, conforme o disposto no inciso III, do art. 140, da Lei n.º 6.174/70.

Parágrafo Único — O funcionário que vier a se aposentar em cargo da Parte Permanente do Quadro Geral que, na época de sua aposentadoria, estiver percebendo vencimento constante da Tabela II, do Anexo II, e que houver satisfeito os requisitos exigidos na Lei n.º 6.794/76, terá seus proventos calculados com base nos vencimentos constantes na Tabela I, do referido Anexo II.

Art. 17 — Para assegurar a adequada implantação do Plano instituído por esta lei, fica o Poder Executivo autorizado, por um prazo de três anos, a transformar, dentro da Parte Per-

manente, cargos vagos constantes do Anexo I, desde que não resulte em aumento de despesa.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18 — Concluído o enquadramento, os processos de ascensão serão realizados, por categoria funcional, sucessivamente, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:

- I - para funcionário do Quadro Geral, que, comprovadamente, estiver exercendo, há pelo menos dois anos, função atribuída ao cargo em processo de ascensão; e
- II - para funcionário do Quadro Geral que, mesmo não estando na situação prevista no inciso I, preencha os requisitos mínimos previstos para o exercício do cargo em processo de ascensão.

Art. 19 — Os cargos de provimento efetivo do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo e dos Quadros Próprios de suas Autarquias, vagos na data da publicação da presente lei e os que vagarem em virtude da aplicação da mesma, ficam automaticamente suprimidos.

Art. 20 — Os cargos de Instrutor do Ensino Superior, Assistente do Ensino Superior, Professor do Ensino Superior e Professor Titular deixam de integrar os níveis estabelecidos para o funcionalismo público estadual e se extinguirão ao vagarem.

Parágrafo único — Os vencimentos dos cargos de que trata o “caput” do presente artigo ficam fixados a partir de 1.º de janeiro de 1.981 em Cr\$ 27.222,00 (vinte e sete mil, duzentos e vinte e dois cruzeiros) para o Instrutor do Ensino Superior; Cr\$ 28.495,00 (vinte e oito mil, quatrocentos e noventa e cinco cruzeiros) para o Assistente do Ensino Superior e Cr\$... 29.830,00 (vinte e nove mil, oitocentos e trinta cruzeiros) para Professor do Ensino Superior e Professor Titular.

Art. 21 — O servidor inativo do Estado que, na data desta lei, esteja exercendo ou tenha exercido após aposentado, cargo em Comissão por um período mínimo de cinco anos consecutivos ou dez anos alternados, terá seus proventos de inatividade revistos na data de seu desligamento do cargo que venha exercendo ou a partir da data prevista no art. 26, se já estiver desligado do cargo em comissão, com base no vencimento do cargo de maior símbolo que houver exercido por um período não inferior a um ano.

Parágrafo Único — Se, nas condições deste artigo, o cargo em comissão exercido não se conformar aos símbolos estabelecidos para os cargos em comissão do Poder Executivo, a revisão far-se-á, pelos vencimentos do de maior símbolo, exceto o privativo de Secretário de Estado, ficando assegurado o mesmo tratamento pelo exercício de cargo direto de órgãos da Administração Indireta do Estado.

Art. 22 — O funcionário que vier a ser aposentado por implemento de idade e na época estiver exercendo cargo de provimento em comissão, há mais de um ano, poderá ter os seus proventos calculados com base no vencimento desse cargo em comissão, independentemente do preenchimento dos requisitos estabelecidos no art. 140, da Lei n.º 6174/70.

Art. 23 — O funcionário ocupante de cargo de outro Quadro do Poder Executivo, poderá concorrer aos processos de ascensão no Quadro Geral, depois de realizados os dois processos a que se refere o art. 18.

Art. 24 — Ao atual funcionário efetivo, da Parte Permanente do Quadro Único de Pessoal, pertencente à Secretaria de Estado das Finanças que, em 1.º de março de 1.980, preenchia tais requisitos, aplicam-se os dispositivos da Lei n.º 7.051, de 04 de dezembro de 1.978, considerando-se, para fins de enquadramento, a habilitação profissional que possuía naquela data.

§ 1.º — Ao funcionário ocupante de cargo do Quadro

Próprio da Coordenação da Receita do Estado, que tenha sido enquadrado neste cargo nominalmente na forma do art. 139, inciso II, da referida Lei n.º 7.051, e que em 1.º de março de 1.980, preenchia os requisitos definidos nos arts. 6.º e 7.º da mesma lei, será assegurado o ingresso na inicial das séries de classes respectivas.

§ 2.º — Para atender ao disposto neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a transformar os cargos de provimento efetivo ocupados pelos funcionários nele abrangidos em cargos do Quadro Próprio da Coordenação da Receita do Estado necessários ao respectivo enquadramento.

§ 3.º — Os enquadramentos de que trata este artigo produzirão efeitos a partir da vigência do enquadramento provisório, conforme previsto no art. 26 desta lei.

Art. 25 — O Plano de Classificação de Cargos instituído por esta lei não se aplica:

- I - ao ocupante de cargo de professor definido na Lei n.º 7.208, de 15 de outubro de 1.979, ficando ele mantido na Parte Suplementar do Quadro Único;
- II - aos funcionários a que se refere o “caput” do artigo 24 desta lei;
- III - aos ocupantes dos cargos previstos na Lei n.º 7122/79.

Parágrafo Único — O ocupante de cargo de Professor do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, que preencha os requisitos legais para o exercício de cargo do Quadro Próprio do Magistério, poderá participar de processo seletivo interno para ingresso em cargo do referido Quadro Próprio, observadas a habilitação específica e a existência de vaga, ficando extinto o cargo que ocupava no Quadro Único.

Art. 26 — Os efeitos financeiros, decorrentes da aplicação do disposto nesta lei, serão devidos a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da publicação do ato específico da concessão, exceto quanto ao enquadramento provisório, para o qual os efeitos financeiros serão devidos a partir de 1.º de janeiro de 1981.

Art. 27 — Ao funcionário que for aposentado no período compreendido entre a publicação da presente lei e o enquadramento definitivo, fica assegurada a aplicação do Plano de Classificação de Cargos, como se estivesse em exercício, procedendo-se a revisão de seus proventos com vigência na forma do art. 26 desta lei.

Art. 28 — Fica incluído no art. 89, da Lei n.º 6417, de 03 de julho de 1973, um inciso 3, com a redação seguinte:

“3 gratificação pelo efetivo exercício de função com risco de vida, desde que percebida por período superior a um ano.”

Parágrafo Único — O disposto neste artigo aplica-se ao militar reformado ou transferido para a reserva remunerada durante o período compreendido entre 1.º de janeiro de 1980 e a data de início da vigência desta lei, independentemente do cumprimento do prazo estabelecido no inciso de que trata este artigo, cujo benefício será devido a partir de 1.º de janeiro de 1.981.

Art. 29 — A vantagem de que trata o art. 172, inciso V, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, integrará os proventos de inatividade do funcionário civil, por ocasião da aposentadoria, desde que percebida por período superior a um ano.

Parágrafo Único — O disposto neste artigo aplica-se aos funcionários aposentados entre 1.º de janeiro de 1980 e a data desta lei, independentemente do cumprimento do prazo estabelecido, desde que, à data da aposentadoria, estivesse percebendo a referida vantagem, cujo benefício será devido a partir de 1.º de janeiro de 1.981.

Art. 30 — O funcionário enquadrado na Parte Permanente do Quadro Geral, que, até 120 (cento e vinte) dias posteriores ao ato de enquadramento definitivo, não manifestar opção

pelo retorno à situação em que se encontrava anteriormente, terá aceito o Plano de Classificação de Cargos em todos os seus termos, inclusive a integração, nos vencimentos das vantagens previstas no art. 5.º desta lei, que vinha percebendo, não podendo reclamá-las nem mesmo para efeito de aposentadoria.

Art. 31 — O artigo 4.º, da Lei n.º 6794, de 08 de junho de 1976, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 4.º — A incorporação de que trata esta lei não se aplica aos funcionários que, no momento da aposentadoria:

- I- estejam em regime de acumulação de cargos;
- II- estejam obrigados, por lei ou regulamento, a uma jornada semanal de trabalho não inferior a quarenta horas; ou
- III- tenham sido enquadrados na forma da lei que institui o Plano de Classificação de Cargos”.

Parágrafo Único — O Plano de Classificação de Cargos a que alude a nova redação dada ao inciso III, do artigo 4.º, da Lei n.º 6794/74, é o de que trata esta lei.

Art. 32 — os vencimentos dos cargos em comissão do Serviço de Loteria do Estado, órgão de regime especial subordinado à Secretaria de Estado das Finanças, passam a ser os seguintes:

- I- Diretor Superintendente, equivalente ao símbolo DAS-3; e
- II- Diretores de Contabilidade e Gerente, equivalentes ao símbolo DAS-4.

Art. 33 — Fica criado, na Parte Permanente do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, com lotação na Secretaria de Estado dos Transportes, um (1) cargo de provimento em comissão de Assessor Especial para Assuntos Portuários, DAS-3.

Art. 34 — Os níveis de vencimentos dos cargos da Parte Suplementar do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, abaixo relacionados, ficam elevados na forma seguinte:

- I- Professor, dos níveis 6 até 9 para o nível 10;
- II- Professor, dos níveis 10 até 11, para o nível 12;
- III- Professor, dos níveis 12 até 15, para o nível 16;
- IV- Professor, do nível 16 para o nível 17.

Art. 35 — Os funcionários civis, inclusive inativos, que integram ou integravam os Quadros Especiais, os Quadros Próprios, inclusive das Autarquias, e o Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, os Quadros de Pessoal dos Poderes Judiciário e Legislativo, inclusive do Tribunal de Contas do Estado, não deverão perceber vencimento inferior ao estabelecido para o padrão “A”, referência “01” da Tabela II, do Anexo II, que integra a presente lei.

§ 1.º — O órgão competente fará sempre que necessário, os ajustamentos indispensáveis ao cumprimento do disposto neste artigo.

§ 2.º — Aos funcionários que percebem a gratificação pela execução de trabalho de natureza especial, com risco de vida, a que se refere a Lei n.º 7.258, de 05 de dezembro de 1979, não se aplica o disposto no “caput” deste artigo.

Art. 36 — As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 37 — Os Anexos I até III constituem parte integrante desta lei.

Art. 38 — O Poder Executivo expedirá os atos necessários à plena execução da presente lei.

Art. 39 — Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 20 de novembro de 1.980.

(a) NEY BRAGA

ANEXO I
GRUPO — P — Profissional

CÓDIGO	CATEGORIA FUNCIONAL	PADRÃO	REFERÊNCIA		Nº DE CARGOS
			INICIAL	FINAL	
P - 01	Assistente Jurídico	I	1	11	39
P - 02	Assistente Social	H	1	11	31
P - 03	Bibliotecário	H	1	11	59
P - 04	Biólogo	H	1	11	3
P - 05	Cirurgião Dentista	I	1	11	215
P - 06	Contador	I	1	11	58
P - 07	Economista	I	1	11	69
P - 08	Enfermeiro	H	1	11	38
P - 09	Estatístico	H	1	11	32
P - 10	Farmacêutico	I	1	11	71
P - 11	Médico	J	1	11	445
P - 12	Psicólogo	H	1	11	3
P - 13	Químico	I	1	11	12
P - 14	Redator	I	1	11	22
P - 15	Técnico de Administração	I	1	11	78
P - 16	Técnico de Assuntos Culturais	H	1	11	15
P - 17	Técnico em Comunicação Social	I	1	11	20
P - 18	Veterinário	I	1	11	35

ANEXO I

GRUPO – S – Semi-Profissional

CÓDIGO	CATEGORIA FUNCIONAL	PADRÃO	REFERÊNCIA		Nº DE CARGOS
			INICIAL	FINAL	
S-01	Aerofotogrametrista	G	1	11	6
S-02	Agente de Saneamento	E	1	11	183
S-03	Agente Social	E	1	11	87
S-04	Assistente de Assuntos Culturais	F	1	11	47
S-05	Auxiliar de Enfermagem	D	1	11	122
S-06	Desenhista	E	1	11	76
S-07	Fotógrafo	D	1	11	26
S-08	Inspetor de Pesos e Medidas	F	1	11	15
S-09	Inspetor de Saneamento	F	1	11	42
S-10	Laboratorista	E	1	11	141
S-11	Laboratorista de Solos	E	1	11	61
S-12	Operador de Raios X	D	1	11	15
S-13	Operador de Som	B	1	11	12
S-14	Técnico Agrícola	G	1	11	12
S-15	Técnico em Artes Gráficas	F	1	11	62
S-16	Técnico em Manutenção Eletrônica	F	1	11	31
S-17	Técnico de Enfermagem	G	1	11	16
S-18	Técnico de Raios X	E	1	11	23
S-19	Topógrafo	G	1	11	38

ANEXO I

GRUPO – A – Administrativo

CÓDIGO	CATEGORIA FUNCIONAL	PADRÃO	REFERÊNCIA		Nº DE CARGOS
			INICIAL	FINAL	
A-01	Almoxarife	D	1	11	87
A-02	Assistente Administrativo	F	1	11	892
A-03	Auxiliar Administrativo	D	1	11	990
A-04	Auxiliar de Escritório	C	1	11	1.614
A-05	Calculista de Medição	E	1	11	17
A-06	Técnico de Contabilidade	G	1	11	94
A-07	Telefonista	B	1	11	92

ANEXO I

GRUPO -- G -- Serviços Gerais

CÓDIGO	CATEGORIA FUNCIONAL	PADRÃO	REFERÊNCIA		Nº DE CARGOS
			INICIAL	FINAL	
G-01	Artífice	B	1	11	460
G-02	Ascensorista	A	1	11	17
G-03	Atendente de Saúde	C	1	11	580
G-04	Auxiliar de Artes Gráficas	B	1	11	56
G-05	Auxiliar de Artífice	A	1	11	874
G-06	Auxiliar de Manobras	B	1	11	19
G-07	Auxiliar de Serviços Gerais	A	1	11	1.923
G-08	Auxiliar de Trânsito	D	1	11	190
G-09	Auxiliar Técnico de Topografia	D	1	11	55
G-10	Capataz	C	1	11	409
G-11	Carpinteiro	C	1	11	129
G-12	Conferente Portuário	E	1	11	19
G-13	Eletricista	D	1	11	61
G-14	Guarda de Presídio	C	1	11	186
G-15	Guardião	A	1	11	182
G-16	Inspetor de Alunos	B	1	11	489
G-17	Inspetor de Presídio	D	1	11	15
G-18	Latoeiro	D	1	11	31
G-19	Maquinista de Embarcação	E	1	11	9
G-20	Marceneiro	D	1	11	32
G-21	Mecânico de Equipamento Pesado	F	1	11	59
G-22	Mecânico de Veículos	D	1	11	158
G-23	Mestre de Obras	F	1	11	54
G-24	Mestre de Ofício	D	1	11	23
G-25	Motorista	C	1	11	769
G-26	Operador de Equipamento Pesado	D	1	11	328
G-27	Pedreiro	C	1	11	106
G-28	Pintor	C	1	11	91
G-29	Porteiro	A	1	11	90
G-30	Servente	A	1	11	8.075

ANEXO II

TABELA I

VENCIMENTO PARA 40 HORAS SEMANAIS

VALORES EM CRUZEIROS, ESTABELECIDOS PARA 1981

Ref. Padrão	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11
A	9.647	9.955	10.272	10.599	10.937	11.285	11.645	12.016	12.400	12.795	13.203
B	10.821	11.480	12.180	12.923	13.709	14.545	15.431	16.371	17.368	18.427	19.549
C	12.137	12.877	13.661	14.493	15.377	16.313	17.308	18.361	19.481	20.668	21.927
D	13.615	14.444	15.324	16.257	17.248	18.299	19.415	20.597	21.852	23.183	24.596
E	15.272	16.203	17.189	18.237	19.348	20.527	21.777	23.104	24.512	26.005	27.589
F	17.131	18.175	19.281	20.456	21.703	23.025	24.428	25.916	27.495	29.171	30.948
G	19.216	20.387	21.629	22.947	24.344	25.828	27.401	29.071	30.843	32.721	34.715
H	31.842	33.224	34.666	36.170	37.740	39.378	41.087	42.870	44.731	46.672	48.698
I	38.320	39.983	41.718	43.529	45.418	47.389	49.446	51.592	53.831	56.167	58.605

ANEXO II
TABELA III
VENCIMENTO PARA 20 HORAS SEMANAIS

VALORES EM CRUZEIROS, ESTABELECIDOS PARA 1981

Ref. Padrão	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11
A	9.647	9.955	10.272	10.599	10.937	11.285	11.645	12.016	12.400	12.795	13.203
B	10.821	11.480	12.180	12.923	13.709	14.545	15.431	16.371	17.368	18.427	19.549
C	12.137	12.877	13.661	14.493	15.377	16.313	17.308	18.361	19.481	20.668	21.927
D	13.615	14.444	15.324	16.257	17.248	18.299	19.415	20.597	21.852	23.183	24.596
E	15.272	16.203	17.189	18.237	19.348	20.527	21.777	23.104	24.512	26.005	27.589
F	17.131	18.175	19.281	20.456	21.703	23.025	24.428	25.916	27.495	29.171	30.948
G	19.216	20.387	21.629	22.947	24.344	25.828	27.401	29.071	30.843	32.721	34.715
H	31.842	33.224	34.666	36.170	37.740	39.378	41.087	42.870	44.731	46.672	48.698
I	38.320	39.983	41.718	43.529	45.418	47.389	49.446	51.592	53.831	56.167	58.605

Ref. Padrão	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11
J	25.364	26.465	27.613	28.812	30.062	31.367	32.729	34.149	35.631	37.178	38.792

ANEXO III

TABELA DE CORRELAÇÃO DE CARGOS

GRUPO - P - Profissional

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
CLASSE	NÍVEL	CATEGORIA FUNCIONAL	PADRÃO
Assistente Social	24, 25, 26, 27, 28	Assistente Social	H
Bibliotecário	24, 25, 26, 27, 28	Bibliotecário	H
Cirurgião-Dentista	25, 26, 27, 28, 29	Cirurgião-Dentista	I
Contador	25, 26, 27, 28, 29	Contador	I
Economista	25, 26, 27, 28, 29	Economista	I
Enfermeiro	24, 25, 26, 27, 28	Enfermeiro	H
Estatístico	24, 25, 26, 27, 28	Estatístico	H
Farmacêutico	25, 26, 27, 28, 29	Farmacêutico	I
Médico Leprologista Médico Psiquiatra Médico Puericultor Médico Sanitarista Médico Tisiologista Médico	26, 27, 28, 29, 30	Médico	J
Naturalista	25, 26, 27, 28, 29	Biólogo	H
Químico	25, 26, 27, 28, 29	Químico	I
Redator	24, 25, 26, 27, 28	Redator	I
Técnico de Administração	24, 25, 26, 27, 28	Técnico de Administração	I
Veterinário	25, 26, 27, 28, 29	Veterinário	I

ANEXO III
TABELA DE CORRELAÇÃO DE CARGOS
GRUPO - S - Semi-Profissional

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
CLASSE	NÍVEL	CATEGORIA FUNCIONAL	PADRÃO
Aerofotogrametrista	19, 20, 21, 22, 23	Aerofotogrametrista	G
Agente de Saneamento Auxiliar Sanitário Visitador Sanitário	13, 14, 15 9, 10, 12, 14 11, 13, 14	Agente de Saneamento	E
Agente Social Atendente Social Inspetor de Previdência e Assistência	12, 13, 14 8, 9, 10, 11, 12 20, 21, 22, 23	Agente Social	E
Assistente de Bibliotecário Conservador de Museu Mestre de Banda Preparador de Museu Regente de Música	14, 16, 18, 20 20, 21, 22 17 12, 13, 14 15, 16	Assistente de Assuntos Culturais	F
Auxiliar de Enfermagem Auxiliar de Médico Enfermeiro Auxiliar Nutricionista Obstetriz Técnico em Aparelho Odontológico	13, 14, 15, 17 21, 22, 23 11 15 13 15, 16	Auxiliar de Enfermagem	D
Desenhista Desenhista Especializado Desenhista Rodoviário Especializado	13, 14, 15, 17 18, 19 19, 20, 21, 22, 23	Desenhista	E
Fotógrafo Repórter Fotográfico	12, 13, 14, 15 17, 18	Fotógrafo	D
Inspetor de Pesos e Medidas Metrologista Técnico em Metrologia	15, 17, 19 11, 12, 13 14, 16, 18	Inspetor de Pesos e Medidas	F
Inspetor de Saneamento	16, 17, 18	Inspetor de Saneamento	F
Analista Analista de Material Biológico Analista de Produtos Químicos Hidrologista Inspetor Hidrologista Laboratorista Manipulador Oficial de Farmácia Técnico de Laboratório Técnico de Material Biológico Técnico de Produtos Químicos Técnico em Tratamento de Água Técnico Químico Tecnologista Tratador de Água	11, 12 13, 14, 15, 16, 17 13, 14, 15, 16, 17 16, 18 20, 21, 22, 23 13, 14, 15, 16, 17 9, 10 10, 12, 13, 14 15, 19, 20, 21, 22, 23 19, 20, 21, 22, 23 19, 20, 21, 22, 23 21 22, 23 16 12, 17, 18, 19	Laboratorista	E
Analista de Material Rodoviário Analista de Solos Sondador Técnico de Solos Técnico em Sondagem	13, 14, 15, 16, 17 13, 14, 15, 16, 17 12, 13, 14, 15, 17 19, 20, 21, 22, 23 20, 21, 22, 23	Laboratorista de Solos	E
Operador de Raios X	12, 13, 14	Operador de Raios X	D
Auxiliar de Produtor Radiofônico	10	Operador de Som	B
Técnico de Artes Gráficas	17, 18, 19	Técnico em Artes Gráficas	F
Radiotelegrafista	15, 16, 17	Técnico em Manutenção Eletrônica	E
Técnico de Raios X	15, 17, 18	Técnico de Raios X	E

ANEXO III

TABELA DE CORRELAÇÃO DE CARGOS

GRUPO – A – Administrativo

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
CLASSE	NÍVEL	CATEGORIA FUNCIONAL	PADRÃO
Assistente de Divulgação Oficial de Administração Revisor Calculista	15, 16, 17, 18 19, 20, 21, 22, 23 19, 20, 21, 22, 23	Assistente Administrativo	F
Auxiliar de Estatística Auxiliar de Serviços Profissionais Escriturário Inspetor de Trânsito Lançador Técnico de Mecanização Técnico em Meteorologia	12 18 13, 14, 15, 16, 17 16, 17, 18, 19, 20 19 15, 17, 19 15, 17, 19	Auxiliar Administrativo	D
Arquivista Auxiliar de Biblioteca Auxiliar de Escritório Calculista Auxiliar Censor Correntista Datilógrafo Mensageiro Meteorologista Revisor Técnico Auxiliar de Mecanização	10, 11, 12, 13 10 12 11 18 10, 13, 14, 15 10, 11, 12 4 11, 12, 13 16, 17, 18 10	Auxiliar de Escritório	C
Calculista Auxiliar Calculista de Medição Rodoviária	14, 15, 16, 17, 18 19, 20, 21, 22, 23	Calculista de Medição	E
Contabilista	19, 20, 21, 22, 23	Técnico de Contabilidade	G
Telefonista	8, 9, 10	Telefonista	B

ANEXO III

TABELA DE CORRELAÇÃO DE CARGOS

GRUPO — G — Serviços Gerais

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
CLASSE	NÍVEL	CATEGORIA FUNCIONAL	PADRÃO
Artífice	14, 15, 16	Artífice	B
Ascensorista	5, 6	Ascensorista	A
Atendente Atendente Sanitário	8, 9, 10, 11, 12 8, 9, 10, 11, 12	Atendente de Saúde	C
Auxiliar de Artes Gráficas Encadernador Impressor Linotipista Tipógrafo Paginador	13, 14, 15, 16 14, 15, 16 14, 15, 16 14, 15, 16 14, 15, 16	Auxiliar de Artes Gráficas	B
Auxiliar de Artífice	9, 11, 12, 13	Auxiliar de Artífice	A
Manobreiro Interno Montador de Linhas Férreas Portuárias	16, 17, 18, 19, 20 20 13	Auxiliar de Manobras	B
Abridor Agente Rural Auxiliar Meteorológico Auxiliar Técnico de Medição de Campo Carreiro Carvoeiro Guarda Rural Guarda Vida Mestre Arrais Moço de Convés Operário Rural Operário Braçal Trabalhador Trabalhador Rodoviário	12, 14 13, 14, 15 8 13 5 15, 16, 17 9, 10, 11 13 18, 19, 20, 21 12, 13, 14 6 1, 2, 3 4, 5, 6 4, 5, 6	Auxiliar de Serviços Gerais	A
Agente de Medição de Campo Técnico de Medição de Campo Técnico de Medição Rodoviária	15, 16, 17, 18 15, 16, 17, 18 19, 20, 21, 22, 23	Auxiliar Técnico de Topografia	D
Guarda de Trânsito	12, 13, 14, 15, 16	Auxiliar de Trânsito	D
Capataz Capataz Auxiliar Rodoviário Capataz Rodoviário Classificador de Produtos Feitor Inspetor Rural	11, 12, 13 8, 9, 10, 11 12, 13, 14, 15, 16 14, 7, 8, 9 17, 18, 19	Capataz	C

ANEXO III

Continuação da página 19

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
CLASSE	NÍVEL	CATEGORIA FUNCIONAL	PADRÃO
Conferente Portuário	19, 20, 21, 22, 23	Conferente Portuário	E
Guarda de Presídio	11, 12, 13, 14	Guarda de Presídio	C
Guardião Guardião Abastecedor	5, 6, 7 8, 9, 10, 11	Guardião	A
Guarda Escolar Inspetor de Alunos	11, 12, 13, 14 11, 12, 13	Inspetor de Alunos	B
Inspetor de Presídio	15, 16, 17, 18	Inspetor de Presídio	D
Condutor Motorista Marinheiro Mestre de Pequena Cabotagem	17, 18, 19 13, 14, 15, 16, 18 20, 21, 22, 23	Maquinista de Embarcações	E
Inspetor de Equipamento Rodoviário Mestre de Oficinas Técnico de Equipamento Rodoviário Técnico em Instalações Hidráulicas	16, 20, 21, 22, 23 20, 21, 22 16, 17, 18, 19 20	Mecânico de Equipamento Pesado	F
Administrador de Obras Agente Rodoviário Fiscal de Obras Inspetor de Obras Mestre de Obras	14, 15, 16, 17 17, 18, 19, 20 15, 16, 17, 18 19, 20, 21, 22, 23 14	Mestre de Obras	F
Mestre de Ofício	17, 18, 19	Mestre de Ofício	D
Auxiliar de Atividades Marítimas Motorista Motorista Auxiliar	17, 19, 20 12, 13, 14, 15, 16 9, 11	Motorista	C
Maquinista de Ferrovia Portuária Operador de Carga e Descarga Operador de Equipamento de Carga e Descarga Operador de Equipamento Pesado Operador de Equipamento Rodoviário Técnico de Operação e Manutenção Técnico de Perfuração de Poços Artesianos Técnico de Usina de Asfalto e Pista Técnico de Usina Tratorista	17, 18, 19, 20 12, 14 21 13, 15 13, 15, 17, 19, 20 19, 20, 21, 22, 23 19 16, 17, 18, 19, 20 19, 20, 21, 22, 23 9, 10, 11, 12	Operador de Equipamento Pesado	D
Auxiliar de Portaria Porteiro	9, 10 11, 12, 13	Porteiro	A
Auxiliar de Serviços Diveros Cozinheiro de Bordo Serviçal Servente Servente Recuperador Zelador	4 13, 14, 15 8, 9 5, 6, 7, 8 11 1, 2, 3, 4	Servente	A

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 96/80

PARECER:

Com o presente Projeto de Lei nº 96/80, originário da Mensagem Governamental nº 45/80, pretende o Governador do Estado instituir o Plano de Classificação de Cargos dos Quadros de Pessoal Civil do Poder Executivo.

O embasamento legal e constitucional, objeto de análise desta Comissão de Constituição e Justiça, está consagrado na Carta Magna do Estado, quando confere a iniciativa para tal proposição ao Chefe do Poder Executivo no Art. 47 — inciso I.

“Art. 47. — Compete ao Governador:

- I - Iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores ou acresçam a despesa, bem como fixem ou modifiquem o efetivo da Polícia Militar”.

Auditando a Mensagem 45/80, encaminha o Senhor Governador a Mensagem Governamental nº 80/80, substituindo o plano de lei anteriormente enviado a esta Casa, nos termos do que estabelece ao artigo 35, § 3.º da Constituição Estadual. Justificando a medida ora proposta, encontramos a detalhada Exposição de Motivos nº 2432, de 05/11/80, da Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, na qual esclarece que as modificações introduzidas no Plano anteriormente encaminhado, foram decorrentes do diálogo entre este Relator, dirigentes da Associação dos Servidores Públicos do Paraná, e, das sugestões e emendas apresentadas por este Poder.

Assim, legal e constitucionalmente, a matéria está em condições de ter sua tramitação normal, não havendo qualquer impedimento legal ou constitucional que possa criar obstáculos à sua aprovação.

Devo destacar o empenho que o Governo Ney Braga, reiteradamente, tem feito para melhor atender as classes funcionais do Estado do Paraná, mediante a adoção de medidas de repercussão social indiscutível, comportamento que faz parte dos princípios que presidem a atual administração. O Plano de Classificação de Cargos dos Quadros do Pessoal Civil do Poder Executivo vinha sendo aguardado há muitos anos e dele não somente consta o reordenamento de várias classes funcionais do Estado como também, uma nova estrutura para as jornadas de trabalho. A matéria foi exaustivamente debatida por este parlamentar e os Secretários dos Recursos Humanos, do Planejamento, das Finanças e da Educação, resultando desse diálogo a Mensagem Aditiva que aperfeiçoa o plano de lei original. As sugestões, as reivindicações, as propostas de emenda legislativa, tudo, do conhecimento deste Deputado e de interesse dos servidores públicos do Paraná beneficiados pelo Plano presentemente em análise, foi objeto de cuidadoso estudo e se não houve pleno atendimento é porque faltam condições financeiras ao Governo do Estado.

No entanto, tenho a sólida convicção de que foi feito o possível. De outro lado, julgo necessário deixar claro neste parecer que, como Relator da matéria, procurei estimular a negociação franca com o Poder Executivo, pela consciência que tenho da inconstitucionalidade de iniciativas deste Poder sobre a matéria.

Foi a opção adotada, a que melhor consulta os interesses dos servidores públicos do Paraná.

Nestas condições, o parecer é FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº 96/80, na forma da proposta substitutiva encaminhada através da Mensagem Governamental nº 80/80, de 20/11/80. Aditiva à Mensagem Governamental nº 45/80.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1.980.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO, Presidente;

AIRTON CORDEIRO, Relator.
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VOTO EM SEPARADO AO
PROJETO DE LEI Nº 96/80

Sr. Presidente:

O presente Projeto de Lei chegou a esta Casa, acompanhado da Mensagem nº 45/80, tendo em seu bojo apenas 31 artigos.

Tratando-se de um processo dinâmico, várias alterações foram propostas, inclusive por parlamentares do PMDB, muitas delas acatadas pelo Governo, resultando na remessa de nova Mensagem, apresentando, o texto atual, 39 artigos.

Essas modificações comprovam que o processo necessitava ser aperfeiçoado.

Embora tenhamos contribuído através de criterioso e exaustivo trabalho apresentado pelo PMDB, como aproximadamente uma dezena dos pequenos reparos introduzidos ao texto atual, destacando a nova redação dada aos artigos 10, inciso I, art. 13, art. 16, art. 22, art. 24; e, principalmente os dos artigos 26, na sua parte final, onde determina que “OS EFEITOS FINANCEIROS SERÃO DEVIDOS A PARTIR DE 1.º DE JANEIRO DE 1.981”, e 34, o qual abre o PRAZO DE 120 DIAS PARA RECLAMAÇÕES, resta muito a fazer.

Reconhecemos que muitas contribuições de real valia foram aproveitadas na elaboração do novo anteprojeto, ora partindo das várias lideranças desta Casa, ora das entidades representativas de classe, ao lado daquelas apresentadas pelo projeto global proposto pelo PMDB a esta douta Comissão, e levadas à apreciação da Secretaria dos Recursos Humanos, a qual, diga-se foi receptiva ao menos em parte.

Todavia, ainda persistem algumas dúvidas e omissões que podem ser sanadas no curso do processo legislativo, para evitar futuros contratempos.

Perante esta Comissão o PMDB apresentará apenas algumas delas tendo em vista a exiguidade do tempo e da natureza jurídica da competência deixando as demais para serem apreciadas em plenário.

Seria imperdoável pelo julgamento da história se omitíssemos o caráter personalista do parecer do relator, quando se atribui praticamente a paternidade das modestas alterações introduzidas na mensagem aditiva, quando é público o conhecimento do esforço conjunto de uma larga gama de parlamentares e entidades representativas de classes que buscaram o aperfeiçoamento do projeto.

A oposição laborou com zelo e critério crítico e técnico na busca de entendimentos e ajustes das divergências entre o governo e os funcionários, sem deixar de reconhecer o trabalho do relator designado.

Assim sendo, nosso voto é pela aprovação do Projeto, com as Emendas em anexo, que dizem respeito aos seguintes detalhes:

- 1) Permitindo atribuir-se aos Médicos, Dentistas e Farmacêuticos as gratificações por serviço extraordinário, tempo integral e encargos especiais.

- 2) Acrescentando inciso III ao Art. 10, fixando o requisito de “destinação de vagas” para ascensão funcional, bem como o § 4.º ao mesmo artigo, determinando-se que os cargos iniciais de carreiras sejam providos à razão de cinquenta por cento através de concurso público e cinquenta por cento por ascensão funcional, salvo no primeiro provimento, quando até cem por cento poderão ser preenchidos por este último processo.

- 3) Acrescentando o § 4.º ao artigo 11, diminuindo o interstício para 1 (um) ano, quando não houver funcionário com o interstício de 02 (dois) anos cumprido.

- 4) Diminuindo para a data de 31 de dezembro de 1981, o prazo para a transformação de cargos prevista no art. 17.

5) Adequando a redação do art. 19, por ser conflitante com o § 6.º, do art. 7.º, deste Plano de Lei.

6) Alterando a redação do art. 38, para fixar o prazo de 60 (sessenta) dias para o enquadramento provisório e mais 180 (cento e oitenta) dias para o enquadramento definitivo.

É o nosso voto em separado, o qual esperamos seja aprovado por esta douta Comissão.

Sala das Comissões, em
(a) FIDELCINO TOLENTINO.

EMENDA N.º 1

ao Projeto de Lei n.º 96/80

Acrescente-se ao Parágrafo Único do art. 5.º, as seguintes expressões:

“Art. 5.º — ...

Parágrafo Único - ... exceção feita aos cargos de Médico, Cirurgião Dentista e Farmacêutico, bem como aos funcionários que prestam serviços ao Sistema Penitenciário do Estado e àqueles com regime de trabalho superior a 40 (quarenta) horas semanais.”

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1.980.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

A nova Tabela de Vencimentos dos médicos não atendeu o real valor dos serviços prestados por esses servidores, com curso superior a 06 (seis) anos de duração.

Por outro lado, existem funcionários que prestam serviços em regimes especiais, tais como aqueles vinculados ao Sistema Penitenciário do Estado e à Imprensa Oficial do Estado, onde a jornada de trabalho atinge 45 horas semanais.

A exceção viria facilitar a solução desses problemas.

EMENDA N.º 2

ao Projeto de Lei n.º 96/80

Acrescente-se inciso III, ao “caput” do art. 10, e mais um parágrafo ao mesmo artigo, com a seguinte redação:

“Art. 10. ...

...

III — destinação de vagas.”

§ 4.º — Somente no primeiro provimento de cargos vagos ou criados por lei, a administração poderá destinar até cem por cento das vagas existentes para serem preenchidas por meio da ascensão funcional, devendo as demais serem providas, alternadamente, por concurso público e ascensão funcional, sempre na proporção de cinquenta por cento.”

Sala das Comissões, em 3 de dezembro de 1980.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

Não é aconselhável a destinação de todas as vagas existentes para serem providas apenas por ascensão funcional.

Acontecendo isso, não haverá mais a realização de concursos públicos, e, conseqüentemente, renovação de valores.

A fórmula que propomos já foi adotada pelo Supremo Tribunal Federal em julho do corrente ano.

EMENDA N.º 3

ao Projeto de Lei n.º 96/80

Acrescente-se § 4.º ao artigo 11, com a seguinte redação:

“Art. 11 — ...

§ 4.º — O interstício previsto no § 1.º deste artigo poderá ser reduzido para 1 (um) ano, quando não houver funcionário que conte com aquele tempo.”

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1980.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

Não é justo que se faça o servidor esperar 2 (dois) anos para ser promovido, caso não haja outro funcionário com o interstício previsto no § 1.º, do art. 11.

Esta redação é idêntica à da legislação anterior, e nada impede que seja repetida neste plano de lei.

EMENDA N.º 4

Ao Projeto de Lei n.º 96/80

Substitua-se, no art. 17, as expressões “por um prazo de três anos”, pelas expressões “até 31 de dezembro de 1.981”...

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1980.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

Três anos é um prazo muito longo para tratar-se de simples transformações de cargos, desde que seja intenção real do Governo aplicar a Classificação de cargos, até meados do corrente ano ...

EMENDA N.º 5

ao Projeto de Lei n.º 96/80

Suprima-se do artigo 19, as expressões:

“Art. 19 — ... “vagos na data da publicação da presente lei e os” ...

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1.980.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

O § 6.º, do art. 7.º determina que “os cargos vagos serão distribuídos por referência, obedecido o mesmo critério do § 1.º, respeitadas a indivisibilidade da vaga e a distribuição a partir da referência final”.

É evidente o conflito existente entre o dispositivo acima transcrito e o texto do art. 19, cujas expressões constantes da Emenda, caso permaneçam no projeto, poderão causar sérios prejuízos aos servidores, principalmente na aplicação das progressões e ascensão funcional.

EMENDA N.º 6

ao Projeto de Lei n.º 96/80

Substitua-se a redação do art. 38, pela seguinte; acrescentando-se Parágrafo Único:

“Art. 38 — O Poder Executivo expedirá os atos necessários para aplicação dos enquadramentos provisórios dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta lei.

Parágrafo Único - Esgotado o prazo previsto no “caput” deste artigo, o enquadramento definitivo deverá ser procedido dentro de 180 (cento e oitenta) dias.”

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1.980.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

Não se pode conceber que um Plano de Classificação de Cargos possa ser executado com prazo em aberto.

Com a devida vênia, torna-se insuficiente, sob o ponto de vista legal e constitucional, que o mês de maio de 1981 conste em entrevista pública do Sr. Secretário dos Recursos Humanos como o prazo fatal para a execução total do enquadramento definitivo.

Salientamos que o prazo previsto nesta emenda é superior àquele que consta na referida entrevista, nada impedindo, portanto, que seja afixado em lei.

EMENDA N.º 7

Ao Projeto de Lei n.º 96/80

Substitua-se o art. 32 pela seguinte redação:

“Art. 32 — Os vencimentos dos cargos de direção do

Serviço de Loteria do Estado, órgão de regime especial subordinado à Secretaria de Estado das Finanças, passam a ser os seguintes, respeitada a legislação anterior:

- I - Diretor Superintendente, equivalente ao símbolo DAS-3; e
- II - Diretores Administrativo e Gerente, equivalentes ao símbolo DAS-4".

Sala das Comissões, em 3 de dezembro de 1.980

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

Certamente por um lapso na elaboração desse artigo, deixou-se de observar que a legislação anterior havia modificado a denominação do cargo de Diretor de Contabilidade para Diretor Administrativo (Decreto n.º 4178, de 20/08/73 - D.O. n.º 118, de 21/08/73).

A presente emenda tem por objetivo adequar a denominação dos cargos de Direção da Loteria do Estado segundo a legislação em vigor atualmente.

DECRETO N.º 4178

(D.O. 118, de 21/08/73)

O Governador do Estado do Paraná, usando da atribuição que lhe confere o art. 47, incisos XVI e XVII da Constituição Estadual e de conformidade com o Ato Institucional n.º 8, de 02 de abril de 1969,

DECRETA:

Art. 1.º — O cargo isolado de provimento em comissão, de Diretor de Contabilidade, do Serviço de Loteria do Paraná, passa a ter a denominação de Diretor Administrativo, com a mesma remuneração.

Art. 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 20 de agosto de 1973,

152.º da Independência e 85.º da República.

(aa) EMÍLIO GOMES

Governador do Estado

MAURÍCIO SCHULMANN

Secretário da Fazenda

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 96/80

PARECER

A matéria pertinente ao Projeto de Lei n.º 96/80, tem por finalidade instituir no Estado o Plano de Classificação de Cargos dos Quadros de Pessoal Civil do Poder Executivo, inclusive Autarquias, conforme especifica.

Chamada a analisar o seu aspecto financeiro, temos que o próprio bojo da Proposição prevê as despesas que com a aplicação da presente lei ocorrerão.

O orçamento geral do Estado recentemente aprovado por esta Casa, para o exercício financeiro de 1981, trouxe a necessária cobertura financeira para o suporte da implantação do Plano de Lei ora em exame.

Assim sendo, o aspecto financeiro do Projeto de Lei está devidamente em acordo com a sua aplicação, razão pela qual o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do anteprojeto de lei encaminhado através da Mensagem n.º 80/80, aditiva à Mensagem n.º 45/80.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04 de dezembro de 1.980.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO, Presidente;

GABRIEL MANOEL, Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

PROJETO DE LEI N.º 96/80

PARECER

O Projeto de Lei n.º 96/80 objetiva instituir o Plano

de Classificação de Cargos dos Quadros de Pessoal Civil do Poder Executivo, inclusive das Autarquias, na forma estabelecida através do anteprojeto de lei encaminhado pela Mensagem Governamental n.º 80/80, substitutiva à Mensagem Governamental n.º 45/80, anteriormente encaminhada pelo Chefe do Poder Executivo.

Sobre os aspectos legais, constitucionais e financeiros opinaram favoravelmente à matéria, as doutas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças.

Chamada a opinar sobre o mérito da matéria inserida na presente proposição, temos que, da análise do texto inserido no Plano de Lei encontramos a detalhada exposição de motivos apresentada pelo Excelentíssimo Sr. Secretário dos Recursos Humanos, ao Chefe do Poder Executivo, justificando a oportunidade e as condições em que são propostas as normas a serem adotadas no Plano de Classificação, as quais foram apresentadas, através da Mensagem Substitutiva de n.º 80/80, atendendo as sugestões desta Casa, bem como das classes profissionais, e dos memoriais recebidos pelos interessados.

A matéria como esclarecer a Mensagem, foi elaborada também em consonância com os demais órgãos técnicos governamentais, tais como as Secretarias de Estado do Planejamento, Educação e Finanças.

Com isso, podemos ter uma noção de que o plano de Lei ora apresentado, está dentro de uma conjuntura disponível pelo erário estadual e correspondente às necessidades, para que a classe do funcionalismo público estadual, fique enquadrada em moldes compatíveis com uma sistemática que atenda ao setor público, dentro de uma estrutura adaptável às modernas técnicas administrativas.

Os recursos humanos adotados pelo novo plano de classificação visam atingir as classes não contempladas através de Leis Especiais e Estatutárias próprias, estabelecendo normas que atendam não só as necessidades funcionais, como também pessoais.

Assim sendo, o nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, na forma do anteprojeto encaminhado pela Mensagem Aditiva n.º 80/80, substituindo ao plano anteriormente proposto através da Mensagem n.º 45/80. É o parecer.

Sala das Comissões, em 05 de dezembro de 1.980.

(aa) JURANDIR MESSIAS,

Presidente e Relator

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Neste turno de discussão da matéria relativa ao enquadramento à Reclassificação do Quadro Único do Pessoal Civil do Poder Executivo, diz o Regimento Interno que se trata de discussão específica do seu aspecto jurídico-constitucional. Indaga-se via de regra se neste turno de discussão cabe o questionamento de questões relativas a outra natureza do projeto, ou dos projetos ou das matérias que se leva a este turno de discussão.

No meu entendimento, Sr. Presidente, e volto a afirmar, não há Constituição que represente a legítima aspiração dos brasileiros, que são em última análise a fonte e o fim do poder. E a Constituição vigente, não espelha, não retrata, não atribui à Organização Jurídica do País, o pensamento da Nação brasileira.

E na realidade, a esse turno de discussão, busca-se apenas

indagar se o projeto se ajusta a essa Constituição. Porque na discussão da matéria, de qualquer natureza, de qualquer tipo de sociedade ou associação, valem sempre as maiorias. E as maiorias numéricas, diga-se de passagem. E no caso presente, Sr. Presidente, temos a necessidade, sobretudo o Parlamento Brasileiro, castrado, agachado, acanhado, indiscutivelmente diminuído e que hoje não se constitui um Poder.

Quando se vê nas páginas dos jornais, que o Poder Executivo esmaga a vontade de, pelo menos, 420 parlamentares, porque aí também está a vontade da maioria, diga-se de passagem, maioria numérica, onde não funciona, data vênica, e com o devido respeito, a muitos homens de cabeça levantada, não funciona a racionalidade e a respeitabilidade das investidas.

Pergunta-se: num regime como o nosso, como nós vivemos, o que é constitucionalidade, Sr. Presidente?

É o legalismo expresso na letra morta e crua, numa desnudada da vontade popular; ou será a legitimidade que é a expressão buscada na fonte, no fim do Poder, através do plebiscito, através de consultas e através de representantes que transforma a estrutura jurídica constitucional, na expressão da vontade do povo?

Então, esta é a questão que se deve discutir, a nível de comissão, Sr. Presidente.

E eu dizia agora pouco: se cabe discutir neste turno, da legitimidade ou da legalidade? E o que é que fala o Regimento Interno? Diz o Regimento Interno que na Comissão de Constituição e Justiça, se busca apreciação das mensagens, dos projetos, no seu aspecto constitucional e de justiça.

Mas então aí, Sr. Presidente, há uma vereda que nos oferece o caminho adequado, para questionar a este turno, não da legalidade expressa na Constituição, mas da justiça que expressa legitimidade.

No meu fraco entender, cabe, neste turno de discussão, levantar o questionamento a respeito da validade, da forma com que vem do Poder Executivo.

Nós sabemos que a Constituição Estadual comina — não preceitua — comina, uma regra que o Parlamento já deveria ter repellido há muito tempo. É o condicionamento das regras de mensagem que trata dos funcionários públicos e da economia do Estado e da aplicação de recursos do Tesouro do Estado, condicionando unicamente o Poder Executivo.

E eu perguntaria: de que vale então, os parlamentos? O que é democracia? O que é liberdade de atuação? O que o povo decide nos Estados Federados, ou mesmo na Nação brasileira, quando 420 homens que para lá foram carregados pelo voto popular, na hora de colocar o Poder Legislativo como expressão legítima da vontade popular, a maioria esmagadora sai do plenário e não permite que haja a volta às prerrogativas de poder, não do Legislativo, mas de poder para constituir o equilíbrio do Poder tripartite, do Poder, dito por Montesquieu, “o mais legítimo”, o poder expresso através do regime democrático, em que haja o equilíbrio harmônico e o entendimento perfeito entre Executivo, Legislativo e Judiciário.

Ainda ia hoje, Sr. Presidente, de manhã, na “Folha de São Paulo”, por que a “Nação Brasileira não se levanta”. Esta é interpretação que eu dava a esta leitura: “Por que a Nação brasileira não se levanta contra os poderosos? Por que a Nação brasileira, através do seu componente social, e vamos dizer logo, representada 80 por cento praticamente de pessoas pobres. Por que esses agentes das riquezas econômicas não se levantam contra a meia dúzia de poderosos e refaça este pacto social tão necessário, para que revigore nas famílias a estrutura da sociedade, nesta célula mater o sentimento de nacionalismo, o sentimento de patriotismo?

Porque não há mais esperanças, Sr. Presidente.

O povo que está passando miséria, fome, não pensa em outra coisa, só pensa em comer; não se alimenta de idéias novas, não se alimenta de novas estruturas, de novos pensamentos, de

novas ideologias.

E é de se perguntar: será que na Polônia não está nascendo uma nova estrutura ideológica, para dar exemplo a todo mundo, quando o sindicalizado se levanta contra o poderoso Partido Comunista, do bloco comunista, do Pacto de Varsóvia, e de todos os mandos do chamado Bloco Vermelho, porque ali, Sr. Presidente, quem sabe, as ideologias, mesmo tolhidas, tenham oferecido um dos únicos caminhos da revolta: a sindicalização.

E talvez no processo político institucional brasileiro, a única solução para instruir o povo que ainda pode comer bem e que é o povo da agricultura, esse sustentáculo da economia, estes que alimentam os reatores das usinas de Angra dos Reis, que carregam bilhões de dólares para o Tesouro, dando prioridades discutíveis às metas do Governo.

Sr. Presidente, voltamos ao problema e ao aspecto da constitucionalidade deste Projeto.

Na Comissão de Constituição e Justiça, desta Casa, tenho sido em muitas ocasiões, voto vencido. E serei voto vencido sempre, com a maior independência e liberdade que tenho dentro de minha agremiação partidária, o PMDB, porque, desde 1964, o País não vive em regime de constitucionalidade. O que existe são retalhos de atos institucionais, inseridos nas Constituições, para legitimar a ação dos poderosos, para enganar e para empanar também a boa fé do povo brasileiro.

E é por esta razão, Sr. Presidente, que quero dizer, partindo do princípio da constitucionalidade, este projeto não tem fulcro de legitimidade, porque, se um Parlamento não pode discutir, como faz o Parlamento inglês, como faz o Parlamento Alemão, como faz o Parlamento norte-americano, não é mais possível se dizer, a esta altura, da situação nacional, que vivemos em regime democrático.

Todos sabem, mas muitos se calam. Porque talvez não tenham a coragem de se levantar diante desse dragão do mundo ocidental, que é o alto poder capitalista.

E por esta razão, Sr. Presidente, devo dizer que esta Casa aprova sempre, pela sua Maioria, os projetos, por mais injustos que possam ser.

É verdade, vamos reconhecer, uma pequena brecha, uma pequena parcela de diálogo aberto, por um único representante da C.C.J. E isto conta da Mensagem do Governo, através da Exposição de Motivos do Sr. Secretário de Recursos Humanos.

“Aqui se verifica, com o devido acatamento — diz o Secretário, juntamente com as Secretarias das Finanças, da Educação e do Planejamento, ouviu um dos membros da Comissão de Constituição e Justiça, dialogando sobre todas as sugestões apresentadas”.

Como o Governo pode desejar, querer, que a Oposição venha dialogar, em termos de igualdade, em termos de respeitabilidade e de representação, quando apenas um senhor representante da C.C.J., foi dialogar com o Governo? E falava em nome de todos, à revelia de todos, diga-se de passagem.

E esta pecha, esta pecha colocada a nível de representação partidária, não foi entendida no nosso voto em separado na Comissão de Constituição e Justiça, e quero fazer um reparo aqui.

Não se trata de promoção pessoal, absolutamente. Ao contrário, querer-se atribuir esta conotação, este entendimento, é usar da mais repulsiva má fé contra os trabalhos que toda a Oposição tem feito neste Parlamento.

Não podemos e não aceitamos esta forma de diálogo isolado. Que diálogo? Houve diálogo com o Parlamento? O Parlamento por acaso é representado unicamente pelo Partido do Governo? De que forma, Sr. Presidente, pode haver conciliação na sociedade, quando o Partido do Governo é o único a ser chamado à mesa das considerações, e quando sabemos também que grande parcela das modificações introduzidas na nova men-

sagem do Governo, foram aproveitados dos trabalhos cansativos e exaustivos feitos pela Oposição global; não foi só pelo PMDB, não, e de uma forma mais específica, por um trabalho realizado a nível global de partido de Oposição, o PMDB, mas também outros Partidos de Oposição, como o PP, o PTB, mas, mais especialmente, o PP que apresentou algumas emendas.

Dizer-se também que a Oposição não trabalhou com critério nesse projeto, é cometer uma injustiça, principalmente e nós sabemos, Sr. Presidente, principalmente com as questões mais sérias, de natureza a atribuir ao funcionário público, uma segurança mais de natureza psicológica do que propriamente retributiva dos trabalhos.

Mas a Oposição, Sr. Presidente, já vem de longe, gotificando essa pedra irremovível que é a irretratabilidade do Governo perante o pensamento popular. O Governo não se retrai, o Governo não dialoga. Dialoga, sim, com aqueles que ele acha que representam a maioria, e o resto, torna-se resto, e não tem coragem, Sr. Presidente, de reconhecer o trabalho exaustivo de quantos homens desejam a conciliação, porque o que está faltando neste País, Sr. Presidente, é a sinceridade nos diálogos.

O que está faltando neste País, Sr. Presidente, é o espírito de renúncia, e o que falta, sobretudo, é a Política. Política no seu alto sentido, política no sentido já do que dizia o grego Platão: "Precisa-se conversar, aparar as arestas, buscar fórmulas novas", precisamos, em última análise, buscar um novo pacto, porque na renitência, na impertinência, na irreducibilidade, não se chega a nada, e os documentos que esta Casa vai aguardar e acalentar no curso dos anos, se não for incendiada a exemplo de tantos outros lugares em que se incendiou naturalmente o Historiador do futuro vai ficar pasmado, aturdido até, entre a divergência existente nos documentos elaborados e acalentados e a divulgação da imprensa.

Vai retratar uma época das mais contraditórias que o Brasil já teve em toda a sua História, e é lamentável que a vontade dos profissionais do setor de comunicação social, muitas vezes é esmagada pelos interesses empresariais, e não deixa vir à lume, a expressão legítima do pensamento corrente das idéias circulantes em determinado momento histórico.

Sr. Presidente, o projeto em si, será discutido amanhã, quando trataremos objetivamente e não subjetivamente das emendas que foram apresentadas e que a nível de Comissão de Constituição e Justiça, não foram apreciadas.

E a expressão mais correta para este tipo de comportamento, com o devido respeito de todos os Srs. membros da CCJ, da qual faço parte; foi que houve um descalçamento de botas.

A CCJ não tinha, no meu entender, a prerrogativa — digamos assim — de deixar de apreciar as emendas. Se cabe a ela pronunciar-se sobre a constitucionalidade das matérias a ela levada, não deveria se eximir como se eximiu da apreciação das emendas. Haveria de se pronunciar.

Mas este Parlamento, na hora de apreciar essas emendas, evidentemente que vai questionar sobre elas, e a CCJ naturalmente será procurada para oferecer o seu parecer a respeito delas, a não ser que se esmague a disposição estatutária do Regimento Interno.

Tenho para mim, Sr. Presidente, que este projeto, com todo o reconhecido esforço do Governo, não expressou, nos seus pontos mais difíceis e mais reivindicados, não expressou uma forma conciliatória. Porque não veio aprazada a aplicação do Estatuto, não veio correta pelo menos algumas expressões que consta do Estatuto.

E neste particular, como já disse em outra oportunidade, se constituiu, Programa de Assistência Social, ou a parcela, digo melhor, Adicional Social. Depois, esta Assembléia reconheceu e com todas as desculpas do Governo, desde o início da nossa posição nesta Assembléia, a Parcela Adicional Social foi vinculada, transformada em vencimento do Funcionário Públi-

co. O Governo, com sua renitência, teve que nos curso do tempo e em dois turnos, reconhecer que cometeu um grande erro, e só vai repará-lo, provavelmente, a partir do mês de janeiro, se aplicar, já a partir do mês de janeiro, o plano de reclassificação do Poder Executivo.

De tal sorte, Sr. Presidente, que guardaremos para o turno correto, o oferecimento de ponderações a respeito das emendas que constam do projeto mas que não foram apreciadas.

No aspecto da constitucionalidade do projeto em si, ele tem o fulcro apenas de legalidade. Mas do princípio da constitucionalidade, a exemplo de outras matérias que aqui se encontram para ser discutidas, no meu entender, que também espousa o pensamento dos grandes mestres do Direito Constitucional, penso que não há o problema da legitimidade e sim, o problema da legalidade.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Continua em discussão.

Encerrada a discussão. Em votação. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 156/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern.º 72/80), que autoriza o Poder Executivo a proceder permuta da área que especifica, parte de propriedade do Estado e parte do Patrimônio da autarquia Departamento de Estradas de Rodagem, pela área também especifica, de propriedade da Rede Ferroviária Federal S/A, na sede do Município de Andirá. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 156/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a permutar a área de terreno com 19.625,00 metros quadrados adquiridas pelo Estado do Paraná e pelo Departamento de Estradas de Rodagem, conforme transcrições de nos 3664, do livro 3-D, fls. 251; 4495, livro 3-F, fls. 220/21 e 5344 do livro 3-G, fls. 184, do Registro de Imóveis da Comarca de Andirá, pela área de terreno com 24.210,00 metros quadrados, pertencente à Rede Ferroviária Federal S/A, situadas no perímetro urbano da sede do Município de Andirá.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 24 de outubro de 1980.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 156/80

P A R E C E R:

Para dar cumprimento ao disposto constitucional, o Sr. Governador encaminha mensagem a esta Casa, transformada na proposição ora em exame, com o fim de colher aprovação para o anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a proceder permuta da área que especifica, parte de propriedade do Estado e parte do patrimônio da autarquia Departamento de Estradas de Rodagem, pela área também especificada, de propriedade da Rede Ferroviária Federal S/A, situadas no perímetro urbano da sede do Município de Andirá.

A propositura é escoreita constitucional e legalmente, por isso somos pela Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1.980

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente
EZEQUIAS LOSSO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 157/80, de autoria do Poder Executivo (Mens. Govern. n.º 70/80) que autoriza o

Poder Executivo doar o imóvel que especifica, de propriedade do Estado, a Filarmônica Antoninense, Associação Civil de Utilidade Pública, com sede e foro na cidade de Antonina. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 157/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à FILARMÔNICA ANTONINENSE, Associação Civil de Utilidade Pública, com sede no Município de Antonina, o imóvel constituído pelo terreno situado à Rua Coronel Marçalo, esquina com a rua Dr. Bruno, com a área total de 387,50 metros quadrados, de propriedade do Estado do Paraná, conforme matrícula número 1.143, de 13 de agosto de 1980, do Registro de Imóveis da Comarca de Antonina.

Art. 2.º — O imóvel objeto da doação de que trata o artigo anterior, somente poderá ser utilizado para os fins previstos nos Estatutos da Filarmônica Antoninense, não podendo em qualquer tempo, ser transferido para terceiros, ou utilizado para outros fins, sob pena de reversão do mesmo ao patrimônio do Estado, independente de qualquer interpelação ou notificação.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 24 de outubro de 1.980

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 157/80

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental número 70/80, visa o presente plano de lei doar o imóvel que especifica, de propriedade do Estado, à Filarmônica Antoninense, Associação Civil de Utilidade Pública com sede em Antonina, neste Estado.

A doação de que trata a Proposição, consulta os reais e superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que, conforme disposição expressa, o imóvel aludido somente poderá ser utilizado para fins culturais previstos nos Estatutos Sociais da entidade, e não poderá, a qualquer tempo, ser transferido a terceiros ou ter utilização diversa da prevista, sob pena de reversão ao patrimônio do Estado.

A iniciativa está juridicamente amparada e a sua aprovação pela Casa é oportuna, razão pela qual opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1980.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

PAULO CAMARGO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 158/80, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mens. Govern. nº 69/80), que altera dispositivos da Lei nº 5515, de 15 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a estrutura do Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A — BADEP. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F., e C.I.C., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI Nº 158/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O artigo 5.º, da Lei nº 5515, de 15 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5.º — O Estatuto Social do Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A - BADEP, estabelecerá a composição da Diretoria e as atribuições e poderes de seus Diretores”.

Art. 2.º — O Art. 7.º da Lei nº 5515, de 15 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7.º — O Conselho de Investimentos terá a seguinte

composição:

- a) o titular da Secretaria à qual estiver vinculado o Banco;
- b) Um representante da Diretoria do Banco do Estado do Paraná S/A, por ela indicado;
- c) Um membro efetivo e seu suplente, indicados em lista tríplice pela Federação das Indústrias do Paraná;
- d) Um membro efetivo e seu suplente, indicados em lista tríplice pela Universidade Federal do Paraná;
- e) Um membro efetivo e seu suplente, indicados em lista tríplice pela Federação da Agricultura do Paraná — FAEP;
- f) Um representante do Governo Estadual, escolhido entre os Secretários do Estado;
- g) os Diretores do Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A;
- h) Os membros do Conselho de Administração.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 24 de outubro de 1980.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 158/80

PARECER:

Para dar cumprimento ao disposto constitucional, o Senhor Governador encaminha mensagem governamental a esta Casa, com o fim de colher aprovação para o anteprojeto de lei que objetiva alterar dispositivos da Lei 5515, de 15 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a estrutura do Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A — BADEP, instituição financeira pública estadual vinculada à Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio.

A matéria contida no presente plano de lei encontra amparo constitucional e legal, razão porque opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de novembro de 1980.

(aa) DENI SCHWARTZ — Vice-Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 158/80

PARECER:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental número 69/80, tem por finalidade alterar dispositivos da Lei 5515, de 15 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a estrutura do Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A — BADEP, instituição financeira vinculada à Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio.

Sobre a matéria já houve pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, analisando o seu aspecto legal e constitucional.

Com relação ao aspecto financeiro da matéria, objeto da análise por esta Comissão de Finanças, temos que nada impede que o plano de lei em pauta mereça aprovação desta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de novembro de 1980.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

GABRIEL MANOEL — Relator

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº 158/80

PARECER:

Objetiva o plano de lei em epígrafe, a alteração na redação dos artigos 5.º e 7.º, da Lei nº 5515, de 15/02/67. O primeiro.

para introduzir norma afirmando que o Estatuto "estabelecerá a composição da Diretoria" — a contrário do que vinha vigorando na Lei 5515, taxativa na menção dos Diretores que fazem parte: Presidente, financeiro e técnico. O outro dispositivo pretendido alterar, relaciona-se com a composição do Conselho de Investimentos — e ainda existente, ao lado do Conselho de Administração, este adotado por força da Lei Federal 6404, de 15/12/76 (art. 239).

Basicamente, neste artigo 7º, pretende-se que também os membros do Conselho de Administração façam parte da composição do Conselho de Investimentos, juntamente com demais integrantes mencionados.

O atual surto industrial porque passa o Estado do Paraná com a implantação e ampliação de indústrias em todo seu território, faz oportuna a adoção de uma flexibilidade operacional maior por parte dessa Instituição Paranaense.

Poderá, assim o Estatuto, aprovado por Assembléia Geral dos Acionistas, estabelecer, com a maleabilidade necessária a uma empresa de direito privado, o número, a denominação, as atribuições e os poderes de Diretores, de acordo com o grau de desenvolvimento alcançado nos diversos setores da economia.

Quanto ao Conselho de Investimentos do BADEP, terá ele composição mais adequada com o crescimento operacional do Banco, conseqüente da expansão do parque industrial do Estado.

Nosso parecer portanto, é Favorável, opinando-se pela Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02 de dezembro de 1980.

(aa) WERNER WANDERER, Presidente e Relator.

— Em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Para discutir) Sr. Presidente, este projeto trata da modificação da estrutura da Diretoria do Banco de Desenvolvimento do Paraná.

Não vi, e quem sabe por motivo de saúde eu estivesse ausente no dia 18 de novembro de 1980, quando a Comissão de Constituição e Justiça opinou sobre esse assunto.

Aliás, é um dos mais curtos dos pareceres da CCJ, sem nenhuma consideração mais profunda, mais indagatória, a respeito da matéria. Diz apenas: a matéria contida no presente plano de lei encontra amparo constitucional e legal, razão porque opinamos favoravelmente à sua aprovação.

Peço à Presidência que me empreste o projeto de lei, porque não conheço a estrutura do Banco e não conheço também a forma da lei anterior que pretende a mensagem alterar.

Sr. Presidente, mais uma vez, sou forçado a pedir vênha aos demais componentes da CCJ, porque este parecer foi dado apressadamente, a não ser que os eminentes componentes da referida Comissão conheçam a estrutura do BADEP.

Como sou ignorante da matéria — principalmente de banco, não posso, de forma nenhuma, permitir o meu voto sem pleno conhecimento de causa.

Aqui no projeto, no seu bojo, no processo todo não consta a lei que se pretende modificar. Tenho feito críticas ao Governo quando envia mensagens para esta Casa, ou talvez não tenha sido diligente a Secretaria de algumas repartições desta Casa em aduzir, em adicionar, em trazer à colação, as leis sobre as quais são discutidos os seus textos, mas não vejo aqui a lei que a mensagem do Governo pretende alterar.

Por essa razão, é que deixo aqui a minha dúvida — como poderia a CCJ, sem nenhuma alusão à lei anterior, sem nenhum cuidado maior, tratar deste assunto?

Faço esta crítica, autocrítica também, sem nenhuma alusão a nenhum dos eminentes Srs. Parlamentares. Estou declarando a minha ignorância da matéria, porque não sou obrigado a conhecer todas as leis, embora a Lei de Introdução ao

Código Civil não dá o direito, a qualquer cidadão, de desconhecer o texto da lei depois de publicada, mas como neste Brasil tem até lei sigilosa, porque vivemos num período de exceção, então me valho da mesma para ser uma exceção desta regra.

Sr. Presidente, o Art. 5º da Lei 5515, de 15 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação: — O Estatuto Social do Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A — BADEP, estabelecerá a composição da Diretoria e as atribuições e poderes de seus Diretores.

Artigo 2º : O Art. 7º, da mesma lei, passa a vigorar com o seguinte: o Conselho de Investimento terá a seguinte composição: e coloca: letra A — o titular da Secretaria à qual estiver vinculado o Banco; B — Um representante da Diretoria do Banco do Estado do Paraná, por ela indicado; C — Um membro efetivo e seu suplente, indicado em lista tríplice, pela Federação das Indústrias do Paraná; D — Um membro efetivo e seu suplente, indicados em lista tríplice pela Universidade Federal do Paraná; E — Um membro efetivo e seu suplente, indicado em lista tríplice, pela Federação da Agricultura do Paraná; F — Um representante do Governo do Estado, escolhido entre os Secretários de Estado; G — Os Diretores do Banco de Desenvolvimento do Paraná; H — Os membros do Conselho de Administração.

O que se nota, Sr. Presidente, à primeira vista, é que aqui está se fazendo uma alteração da composição da Diretoria do BADEP.

Agora fala aqui: — Titular da Secretaria; representante da Diretoria do Banco do Estado; um membro efetivo e um suplente da Federação das Indústrias do Paraná.

Sr. Presidente, já começo a questionar o problema: — Por que é que a Federação dos Trabalhadores da Indústria, também não têm um representante do Banco? Se é um Banco de Desenvolvimento do Paraná? Pergunto mais: por que só a Federação da Indústria do Estado do Paraná tem um representante e um suplente? Por que a Federação dos Trabalhadores da Agricultura não têm um representante, Sr. Presidente? Será que os trabalhadores deste Estado só são convocados para aduzir somas econômicas ao regime dominante? Sr. Presidente?

Do Banco do Desenvolvimento do Estado do Paraná, no mínimo, fica esta minha dúvida. Haveria de ser composto também por representantes de trabalhadores. Porque agora, a Volkswagen do Brasil, com toda a dúvida que paira sobre o processo de chamamento de trabalhadores, acaba de eleger o representante para a diretoria de uma companhia multinacional.

É um problema que se levanta, Sr. Presidente.

E por esta razão, é que tenho sempre dúvidas e questionei justamente porque não conheço outra forma da estrutura do BADEP.

Mas seria o momento adequado para e introduzir na sua diretoria, representante de trabalhadores. Trabalhadores da Agricultura, e da Indústria.

Por que não? Se o processo econômico está todo voltado para a mão-de-obra desses que são ignorados nas decisões maiores, onde há o interesse meramente capitalista, Sr. Presidente.

O Sr. Dácio Leonel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado, apenas com referência ao primeiro tópico, com referência ao Art. 5º, eu chamaria a atenção de Vossa Excelência, para o parecer exarado pela Comissão de Indústria e Comércio, através do Sr. Deputado Werner Wanderer. Porque, nesta ocasião, pelo menos, ele ao abordar o assunto, nos dá um retrato daquilo que consta da Lei 5515, ao dizer: "O primeiro, para introduzir norma afirmando que o estatuto "estabelecerá a composição da Diretoria". — Ao contrário do que vinha vigorando na Lei 5515, taxativa na menção dos Diretores que fazem

parte: Diretor Presidente, Diretor Financeiro e Diretor Técnico”.

Como consequência, já no meu entendimento, é que a Lei 5.515 estabelece a exigência hoje, taxativa de três Diretores, o Presidente, o Financeiro e o Técnico. Ao passo que na forma como chega a Mensagem, vai estabelecer que a composição da Diretoria, atribuições e poderes dos seus Diretores se dará pelo Estatuto Social. Que inclusive pode dar aí a oportunidade à criação de diversos cargos e não apenas três.

Era este o aparte.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência. Mas, a matéria é judiciosa, Vossa Excelência há de convir, porque o BADEP foi criado por uma lei, a lei estabeleceu os critérios para fazer a estrutura orgânica de funcionamento desse Banco. E a lei está sendo modificada.

O Sr. Darcy Deitos — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Considerarei oportunamente, nobre Deputado.

A lei está sendo modificada e está sendo alinhavado, está sendo legislado o processo de indicação, a forma de indicação; os estatutos retratarão apenas a modalidade processual interna de introduzir os cargos que aqui estão sendo alinhavados.

Por esta razão, a minha reclamação primeira, preliminar, é esta: aqui estão representados apenas os órgãos patronais, como é o caso da Federação. Isto no mínimo!

Mas, a apreciação da matéria, “data venia”, foi feita pela CCJ, mas nem a lei foi introduzida no projeto, nem se discutiu. E é esta a minha posição que sempre tive na CCJ.

O Sr. Dácio Leonel — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Concederei primeiramente ao Deputado Darcy Deitos.

O Sr. Dácio Leonel — Sr. Deputado, apenas para poder esclarecer o meu aparte anterior.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Se o nobre Deputado Darcy Deitos, permitir, farei a concessão do aparte.

O Sr. Darcy Deitos — Perfeito.

O Sr. Dácio Leonel — Inicialmente, agradeço ao Deputado Darcy.

Apenas para dizer que não fui polemizar o assunto, Vossa Excelência não entendeu bem. É que Vossa Excelência fez alusão à inexistência da lei, e estava procurando saber o que constaria do artigo 5.º da lei que se pretendia modificar.

Eu não entrei no mérito. Apenas disse que, pelo parecer exarado por um dos relatores, no caso da Comissão de Indústria, era possível chegar-se ao artigo anterior que se pretendia modificar. Mas não entrei no mérito, inclusive dizia que, o que eu entendia, é que, se existem hoje três cargos, pelo que eu estava deduzindo, poder-se-ia, inclusive, através, evidentemente da própria alteração, ou através da própria forma dos estatutos, alterar-se de 3, para 1, para 10, para 5. Apenas isso. Apenas quis trazer uma ilustração a Vossa Excelência, mas sem entrar no mérito. Eu ainda não passei a discutir, em si, a proposição que está chegando.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Eu entendi o aparte de Vossa Excelência, que enriqueceu, elucidou a questão.

Talvez eu não tenha sido claro na minha forma de exposição. É que, precisou a Comissão da Indústria e Comércio trazer alguns elementos que caberia à CCJ. É este o aspecto.

E quando vêm as mensagens do Governo, as Comissões se apressam em dar pareceres, sem maior indagação. O meu questionamento maior é este, quando o trabalho do Poder Legislativo, a nível mais sério, se faz nas Comissões Técnicas.

Então é um problema que eu tenho levantado no curso dos anos em que tenho estado neste Parlamento, e sempre na CCJ.

Aliás, houve uma ocasião, e é bom que eu retrate agora, que por divergir da metodologia aplicada na legislatura passada, e também coincidindo com a cassação do Deputado Alencar

Furtado, renunciei à CCJ, porque não achava que ela estava tratando com mais seriedade constitucional, do princípio constitucional, os aspectos que eram considerados por ela.

Concedo, primeiro, o aparte ao nobre Deputado Darcy Deitos.

O Sr. Darcy Deitos — Nobre Deputado Tolentino, inicialmente quero cumprimentar Vossa Excelência por discutir este projeto, porque realmente, para nós Deputados mais novos que estamos nesta Casa, pareceres como este da CCJ, com todo respeito aos membros que compõem aquela Comissão, é realmente de que a gente começa a alinhavar que alguma coisa tem que estar sendo escondida no meio deste projeto. Porque não consigo entender, evidentemente dentro do meu raciocínio, muito pequeno, evidente, de que a lei n.º 5515...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Só para dialogar com Vossa Excelência, eu já não diria isso. O que penso já expus. Há falta de diligência das Comissões Técnicas. E eu faço parte dessas comissões. Portanto, falo de cadeira.

O Sr. Darcy Deitos — Veja Vossa Excelência que falei — com todo o respeito, aos membros da C.C.J.. Agora, essa lei dispõe sobre aplicação do Fundo de Desenvolvimento e dá outras providências.

Então, o artigo 5.º, conforme o eminente Deputado Dácio Leonel já falou, esse artigo que dispunha que a CODEPAR, era administrada por uma diretoria composta por um diretor-presidente, por um diretor-financeiro, um diretor-técnico, com as atribuições estabelecidas no Estatuto Social.

E aqui, essa alteração diz que o Estatuto Social do BADEP, estabelecerá a composição da Diretoria e as atribuições e poderes de seus diretores.

Eu, sinceramente, como não sou advogado, não consigo entender o porquê da alteração desse artigo 5.º, misturando CODEPAR com o Banco de Desenvolvimento do Paraná.

Gostaria que Vossa Excelência, como ilustre causídico da nossa bancada, nos desse esse esclarecimento para que pudéssemos raciocinar melhor o que está sendo votado aqui.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Bem, Srs. Deputados, acho que a interpretação do texto da lei não precisa se fazer por advogados, não precisa ser um exegeta para se interpretar essas leis que têm vindo para cá. Não é privilégio de advogado interpretar essas leis. Temos dentistas que interpretam muitas vezes melhor do que nós.

Vossa Excelência é economista, tem uma perfeita convivência com as leis.

Vossa Excelência aborda com propriedade esse questionamento.

O BADEP é fruto da antiga CODEPAR, e foi criado por uma lei do anterior Governo Ney Braga, em que parte da arrecadação do antigo IVC era carreado para formar uma nova estrutura industrial, no Paraná, através de financiamento que a própria CODEPAR fazia.

Depois, foi transformado, por motivo dessa chamada Revolução brasileira, resolveram transformá-lo, alterar o esquema para fazer Banco de Desenvolvimento.

Isso se alastrou por todos os Estados. E o Paraná transformou essa fonte de emprego. Diga-se de passagem, é uma fonte de emprego, porque chega a confundir Banco Regional de Desenvolvimento Econômico com Banco de Desenvolvimento do Paraná.

E além disso, com o BNDE. Existem todas essas dificuldades. Para mim, do ponto de vista crítico, acho que esses organismos estão sendo criados como fonte de emprego.

O que se criticava muito no tempo de João Goulart, a SUPRA que era uma fonte de emprego e que depois se transformou em INDA, depois se transformou em INCRA, e agora a situação nacional é pior, de todos os tempos, em matéria fundiária.

O Sr. Darcy Deitos — O artigo 7.º, nobre Deputado, dizia que.

"O Conselho de Investimento, será organizado da seguinte forma:

1 representante do Governo do Estado do Paraná;
1 representante que será escolhido dentre os Secretários de Estado;

1 representante da Diretoria do Banco do Estado do Paraná, por ele indicado;

1 membro efetivo e seu suplente indicado em lista tríplice pela Federação das Indústrias do Paraná; aqui também:

1 membro efetivo indicado pela Federação das Indústrias do Paraná;

1 membro efetivo, indicado em lista tríplice, pela Federação da Agricultura do Paraná; a FAEP. O Secretário da Agricultura que nesta nova redação me parece que não terá mais o Secretário da Agricultura e os Diretores da CODEPAR e aqui foram adicionados o titular da Secretaria a qual estiver vinculado o Banco, e os Diretores do Banco de Desenvolvimento do Paraná, e os membros do Conselho de Administração. Então veja Vossa Excelência que...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Qual é a novidade que traz então o texto da lei? Só tira o Secretário da Agricultura?

O Sr. Darcy Deitos — Só tira o Secretário da Agricultura e introduz o titular da Secretaria a qual estiver vinculado o Banco, entram os Diretores do BADEP, todos e os membros do Conselho de Administração que quer me parecer que esses membros são os membros do BADEP também. Eu gostaria que Vossa Excelência me esclarecesse, por que esse detalhe?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Mas eu não tenho elementos para esclarecer, nobre Deputado. Eu não tenho a lei na mão. Quem deveria fazer esse esclarecimento, era a Comissão de Constituição e Justiça e não fez. Agora, ...

O Sr. Darcy Deitos — Eu queria cumprir Vossa Excelência pelo questionamento que fez. Por que não um representante dos trabalhadores da Agricultura?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Mas este é o ponto fundamental. Por que só as classes representativas dos patrões fazem parte dos grandes investimentos? Por quê? Por que o BADEP, que é formado basicamente da força de trabalho daqueles que prestam serviços aos patrões não são representados? Aliás, e os Anais da Casa constam — eu me lembro. É a segunda vez que venho a esta tribuna, fazer esta mesma ponderação, esta mesma reivindicação, este mesmo protesto. Por que os trabalhadores da indústria e os da agricultura não têm os seus representantes? Será que o juízo dos que estão no poder é superior — é verificar através de uma bola de cristal — a incapacidade daqueles que trabalham? Ora, se tem capacidade para agregar rendimentos, haverão de ter capacidade, para, pelo menos, dar um votinho, um votinho na composição da Diretoria. Não fosse esse o raciocínio, não haveria razão nenhuma de fazer-se o pluripartidarismo, que é uma forma de trazer para os Poderes Legislativos, um componente social, mais representativo possível.

O Sr. Darcy Deitos — Para encerrar esse meu aparte, Deputado, eu também deixo este questionamento: este acúmulo de cargos desses membros que vão compor esse Conselho de Investimentos, será ou não remunerado? É ou não remunerado?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Não, Deputado, o fato é o seguinte: — Não há nenhum Diretor de Bancos que não seja remunerado.

Concedo o aparte, primeiro para o Deputado Deni Schwartz.

O Sr. Fiori Luiz — Depois Vossa Excelência me concede um aparte, Deputado?

O Sr. Deni Schwartz — Deputado Fidelcino Tolentino, eu acho que Vossa Excelência abordou muito bem o assunto. Só o seguinte: primeiro, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça me parece... Falou da constitucionalidade (parece que não há o que se contraditar). Se foi curto

e não citou os artigos, me parece tem sido até uma norma que pode ser mudada.

Mas o que chama a atenção é que, pela primeira vez, eu acredito, estou surpreso — é que a Comissão de Indústria e Comércio deu um parecer até bem longo e bem explicativo.

Parece que tudo isso não diz nada. A verdade é que as Comissões se comportaram como poderiam se comportar, dizendo se era constitucional ou não, foi isso o que disse, e o interesse e os projetos vão exatamente para o Plenário, para se discutir o seu mérito. Acho que aí é que Vossa Excelência levantou a grande lebre do assunto. Acho que o artigo 7.º ...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Deputado Deni Schwartz, antes que perca a oportunidade, só para dialogar com Vossa Excelência, me permita no seu aparte. A questão é a seguinte: a Comissão de Constituição e Justiça tem o dever, de trazer — como é que o Plenário vai discutir a matéria, sem conhecer a matéria, a estrutura global daquilo que se está votando? O projeto não tem no seu bojo, a lei completa. É nesse aspecto que eu me atenho a fazer uma autocrítica, inclusive.

O Sr. Deni Schwartz — Eu voltarei ao artigo 7.º, que me parece também, não altera absolutamente nada e não é aí que está escondida a lebre, é um pouquinho para trás. Se nós lembrarmos que a antiga CODEPAR, inclusive tinha no seu Conselho de Representante, inclusive estudantes, uma representação de estudantes, isso antes de 1964 e que já essa lei de 67 excluiu os estudantes. E eu não tenho absoluta certeza, mas me parece que inclusive, os trabalhadores era representados na lei original da CODEPAR e foram excluídos em 67, me parece que a discussão morre, porque nós estamos discutindo em cima da Lei 5.515, que já havia expurgado essas representações.

Mas o importante, e o meu voto é contrário a esse projeto, o importante está exatamente na outra alteração. Porque a outra alteração pretende aí sim, criar cargos. Porque veja bem Deputado, o legislador foi muito correto quando fez a Lei 5.515, porque foi ele que disse quantos diretores ia ter o Banco. E o que se pretende alterar, é que não mais a lei diga quantos diretores devam ter e sim, o Estatuto, que será feito em assembléia de acionistas, cuja maioria é o próprio Governo. E aí é que começa o "chunco" que vai refletir no artigo 7.º, porque aí o Estatuto vai rezar que vai ter 30 diretores que vão fazer parte do Conselho.

E aí, eu tenho de fazer um apelo à Assembléia, até um apelo ideológico. Eu que sou um homem que defendo a estatização de muitos setores, mas não um capitalismo de Estado. Acho que a Assembléia não pode abrir a mão do direito de limitar, de legislar sobre o assunto, não pode jogar para um estatuto de uma assembléia de um Banco, que nós sabemos que são representados por poucos interessados, para que eles abram os cargos que eles quiserem. O meu voto declaro antecipadamente, é contrário. Porque acho que há necessidade das empresas estatais serem fiscalizadas e elas o serão à medida que o Legislativo o faça, ou quem irá fiscalizá-la. Aí é que está o ponto talvez mais importante desta discussão, é o fato de estar o Legislativo, abrindo mão da fiscalização do BADEP, isto é o importante.

Cumprimento Vossa Excelência, por trazer o assunto à discussão, e dizer que votarei contrário, porque não delego competência a uma assembléia que nós sabemos como é constituída, uma assembléia de acionistas que nós sabemos como é constituída, não delego essa competência. Acho que a Assembléia Legislativa tem de fiscalizar esses fatos.

Obrigado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência. E realmente já, eu ia entrar também nesta parte.

Mas questionando primeiro esta posição, que a lei deve definir. Agora, eu já tinha dito anteriormente, é um problema

muito mais sério. Não se trata apenas de dar proteção às pretensões do Poder Executivo, mas se trata, quem sabe até, de disciplinar esses organismos, principalmente financeiros, que nós sabemos, há sempre transação de natureza política na colocação cargos desta ordem. E se, deixarmos um Banco que é de interesse do desenvolvimento do Paraná, logo é do interesse social do Paraná, deixarmos à mercê exclusivamente voltado para quem está mandando, seremos coniventes e responsáveis.

Ora, eu não posso Deputado, primeiro do meu ponto de vista, e é um problema também ideológico, do ponto de vista que tenho formado e afirmado, como pode um Banco de Desenvolvimento do Paraná, arrecadar, afastar a possibilidade dos trabalhadores em se representar através de um elemento, seja ele do setor industrial, como também do setor de produção agrícola, dos agricultores.

Agora, veja Vossa Excelência, por que a Federação da Agricultura tem um representante, e por que a Federação das Indústrias tem também um representante?

Isto é uma lei discriminatória. É lei discriminatória, está criando divergência nas camadas sociais. E para frazeando. Esta lei sim, subverte a ordem social. Esta sim, pode-se dizer que subverte a ordem social. E onde está o conceito de direito de segurança nacional? O que é a segurança nacional? Segurança Nacional seria a pertinência que tem entre o texto legal e os atos daqueles que estão mandando, para que ocupem os cargos importantes, os cargos de decisões?

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Fidelcino Tolentino, importante este debate para esclarecer mais alguma coisa com relação ao BADEP. Estas alterações visam melhorar o atendimento às pequenas e médias empresas que estão falindo, nobre Deputado? Acho que não!

Visam estabelecer critérios mais humanos, mais coerentes, com relação ao apoio financeiro às nossas indústrias genuinamente paranaenses? Não!

As operações visam ampliar a estrutura, criando novos empregos, novas mordomias, mais um "cabide de empregos". BADEP é sinônimo de falência. Centenas de pequenas e médias empresas do Norte do Paraná fecharam as portas. Não é Banco de Desenvolvimento, é "Banco de Investimento". Inclusive proprietários e empresários de pequenas empresas que tiveram de utilizar empréstimos do BADEP, nem "papagaio" nos bancos os gerentes deram. Porque placa no BADEP é prenúncio de falência. Que Banco de Desenvolvimento é esse? Banco que atende grandes grupos, que atende grupos ligados ao Governo, liberando empréstimos para outros fins que não aqueles a que se especifica? Apenas esta colocação, nobre Deputado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e quero, Sr. Presidente, prosseguir fazendo também este apelo à Assembléia. Primeiro, no sentido de não abrir mão; porque é um problema de prerrogativa do Poder Legislativo. Nós que estamos aí à mercê de uma alteração profunda na sociedade brasileira ou, pelo menos, nas instituições brasileiras, havemos de ter a visão correta das prerrogativas que tem o Poder Legislativo.

Faço um apelo à compreensão deste raciocínio. Não é nenhum desmerecimento para o Governo preservar o pouco que resta ao Poder Legislativo. De forma nenhuma o Governo estará sendo fustigado por uma atitude do Poder Legislativo, representado pela sua maioria. E a Oposição evidentemente vai votar, pelo que acabo de notar, contra esta institucionalização de poderes indiscriminados a uma Diretoria que "vai deitar e rolar" — diga-se a nível popular, fazendo aquilo que bem entende dentro do Banco. Passa a ser um Banco com possibilidades de muitas gestões de natureza política interna. O que precisa ser preservado disse bem o Deputado Fiori Luiz que hoje é

um "Banco de Investimento", é o aspecto fiscalizatório das verbas públicas que ali se encontram.

O Poder Legislativo, acanhado e agachado nas discussões de sua pertinência, muitas vezes, no cochilo, acaba perdendo ainda mais os poucos poderes que lhe restam.

É neste aspecto que acho que deve ser conduzido também o debate.

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Quero fazer um apelo aos ilustres Deputados, inclusive porque me parece que foi aí que começamos a perder o controle de um órgão assessor nosso: o Tribunal de Contas. À medida em que fomos delegando, o Tribunal de Contas foi crescendo e hoje somos subordinados ao Tribunal de Contas e está aí e é uma polêmica tremenda.

Não é possível se admitir que a pretexto de estabelecer com a maleabilidade necessária a uma empresa de direito privado, permitir que o BADEP estabeleça um número, a denominação e as atribuições e poderes dos diretores, de acordo com o grau de desenvolvimento alcançado nos diversos setores da economia."

Deputado Fidelcino Tolentino, acho que tem de acabar nesta Assembléia, essa diminuição própria, nossa. Porque nós vivemos dizendo que nós não temos capacidade e passamos atestado.

Quer dizer, o Governo manda uma mensagem e nós mesmos, nos nossos pareceres, vamos dizer: nós precisamos dar maleabilidade para a coisa. Será que é dar maleabilidade, permitir a criação de um cargo de Diretor? Será que a Assembléia leva mais do que um mês, dois meses, para aprovar ou não a criação de um cargo de diretor? Aliás na Lei anterior, 5.515, por exemplo tem lá um diretor que foi vetado. O Sr. Governador deve ter havido uma emenda aqui e o Sr. Governador vetou a criação de um cargo de diretor. Eu acho que é o momento inclusive de a Assembléia parar com esta história de dizer que tem de dar maleabilidade ao Executivo até para a criação de um cargo de diretor. Eu acho que para criar um cargo de diretor há tempo suficiente para que uma Mensagem venha a esta Casa e se discuta a necessidade ou não e que o povo através de seus representantes, aprove ou não. Porque como está aqui, o que se quer mesmo, de fato, e isso está claro, o que se quer é dar condições que o BADEP ponha o número de diretores que quiser. Então, me parece que temos que acabar com esta diminuição do poder, a título de dar maleabilidade. Porque quando falamos em maleabilidade, nós admitimos que o Poder Legislativo está emperrado. Então vamos também baixar uma lei, fechando a Casa. — Fica o Poder Executivo autorizado a fazer o que bem entender, em benefício do Paraná". Era o aparte.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e quero aproveitar para fazer um apelo. E já houve aqui recentemente, uma tomada de posição que eu reputo das mais significativas, que este Poder já tomou, através do acolhimento da Liderança do Governo, de um apelo que nós fizemos para o aperfeiçoamento da lei, relativa ao aumento do funcionalismo público num dos preceitos daquele anteprojeto, existia o problema do magistério. E que nós aqui nesta tribuna levantamos e que foi acolhido pela Liderança do Governo. E o Deputado Erondy Silvério houve por bem acolher. E eu faço neste momento, ao Deputado Erondy Silvério, líder do Governo e líder da Maioria nesta Casa, um apelo para que possamos também dialogar a respeito do Estatuto que se está votando agora, o problema do Banco do Desenvolvimento do Estado do Paraná. E é um apelo que eu faço a Vossa Excelência, daqui desta tribuna, para que dialoguemos a respeito disso. A Oposição nenhum interesse tem, e nem lhe move, para colocar este ou aquele Diretor. É que a Assembléia Legislativa, o Poder Legislativo paranaense, para ter uma convi-

vência melhor, para harmonizar a sua dinâmica de trabalho, para aperfeiçoar o processo legislativo, para buscar melhores soluções para a nossa sociedade, precisa de um entendimento mais estreito. E para que o Governo também não fique sem a instrumentalização da execução dos planos, é evidente, tem que contar com este Poder. Mas este nunca pode trabalhar de uma forma agançada, de uma forma diminuída. De postulação terciária até. Por esta razão nos parece da maior importância, buscarmos uma fórmula de conciliar esta discussão e de buscar uma maneira de adequar a pretensão do Poder Legislativo, à necessidade da execução dos planos e dos objetivos destes planos.

Era isso, Sr. Presidente, que nós tínhamos a aduzir e a trazer à discussão. E gostaria de concluir, fazendo este apelo aos homens representantes do PDS nesta Casa, para que também a exemplo do que ocorreu e já disse, sobre o problema do magistério, que dialoguemos também sobre esta matéria. É uma matéria da mais alta relevância. São três os itens que nós apontamos: o problema da delegação de poderes, para os Estatutos Sociais do Banco, a representatividade da Federação dos Trabalhadores da Indústria e também dos trabalhadores da Agricultura.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, nós ouvimos atentamente as palavras do nobre Deputado Fidelcino Tolentino e respectivos apartes.

E usamos a palavra no encaminhamento da votação, apenas para dizer da nossa estranheza com relação às afirmações do nobre Deputado Fidelcino Tolentino, dizendo que estranhava ser curto o parecer da CCJ, como se a proximidade de um parecer fosse o que realmente interessasse.

A CCJ fala num processo apenas sob o aspecto legal. Cabe à Comissão Executiva da Casa — e isso já foi objeto de um requerimento meu, ao tempo em que era Presidente deste Poder o Deputado Ivo Thomazoni — que determinasse à assessoria técnica da Casa, ou ao Gabinete de Assistência Técnica que, cada vez que um processo fosse baixado às Comissões Permanentes da Casa, fosse devidamente instruído, porque cabe à assessoria da Casa instruir o processo e não ao Governo do Estado.

Porque, se nós formos dar crédito às palavras do Deputado Fidelcino Tolentino, neste particular, estaríamos passando um atestado de incompetência ao próprio Poder Legislativo.

O Poder Executivo manda uma mensagem visando alteração de qualquer dispositivo, de qualquer lei estadual. Ora, subentende-se, ou devia-se subentender que é de pleno conhecimento do Poder Legislativo o que consta das leis que se pretende alterar.

Agora, vamos nós exigir que o Poder Executivo faça acompanhar a Mensagem da Lei que ele pretende alterar? Isto será um atestado de incompetência não só à Casa como à Comissão Executiva, ao Gabinete de Assistência Técnica, que tem o dever de instruir devidamente os processos que baixam às Comissões Permanentes da Casa.

Se assim não faz, debite-se à dissídia, à inoperância do próprio Poder Legislativo.

Outro argumento, não tem nada escondido no processo.

O aparte do nobre Deputado Fiori Luiz. O nobre Deputado Fiori Luiz devia ser Deputado de um País que o poeta resolveu denominar de "Passárgada", ou, então, de um País utópico.

Como é que quer o Deputado Fiori Luiz que um banco de fomento ou de investimento não cobre juros, não procure se ressarcir do dinheiro investido? Como poderá este banco operar novos financiamentos, se o valor do investimento não

acompanhar, pelo menos, a curva inflacionária?

É impossível.

O BADEP e nenhum banco poderá operar milagres. Necessário se torna que o capital emprestado, que o capital investido, que o capital dado, mesmo a título de fomento, retorne com o mesmo valor aquisitivo do instante em que ele foi emprestado.

Existem muitas empresas financiadas pelo BADEP, pela CODEPAR, que floresceram, estão aí proporcionando empregos; estão aí se constituindo em vigas mestras da indústria paranaense; outras faliram ruidosamente.

Mas, isto é culpa do banco, ou dos administradores?

É uma pergunta que se faz, e que não comporta a sua apreciação na mensagem que esta Casa está apreciando.

Outro aspecto, a representação dos trabalhadores num banco de fomento, num banco de investimentos? É outra utopia, principalmente os representantes dos trabalhadores da Agricultura. Eles têm o seu órgão de classe, que é a FETAEP, que tem estatutos próprios, que só permitem participar daquela Federação de Agricultura, de empregados da Agricultura, as pequenas propriedades agrícolas, fixa até um limite do tamanho dessas propriedades agrícolas. O que essa gente vem fazer num Banco de Investimento?

Isso é outra utopia que se pretende impor.

Agora, o argumento levantado pelo nobre Deputado Deni Schwartz e demais Deputados que se manifestaram sobre a composição do Conselho de Investimentos e do Conselho da Administração, é um argumento sólido, válido. E a Bancada do Governo, nesta Casa, analisará que, realmente, essa alteração do Artigo 5.º, da Mensagem do Governo, poderá, evidentemente, ensejar a que o Banco, amanhã, faça daquilo um cabide de empregos.

Evidentemente que são argumentos válidos, ponderáveis, que devem ser estudados. Apesar de que em todas as sociedades anônimas, em todos os bancos, a própria Diretoria, através de assembleia geral, é que fixa o número de cargos da diretoria.

Em todo o caso, como o maior acionista aí é o Governo do Estado, é válida essa preocupação dos nobres Membros da Oposição.

Na sessão de amanhã, admitimos discutir o assunto sob esse aspecto.

Eram essas as palavras que fazia ao encaminhar a votação. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Continua em votação.

O SR. DÁCIO LEONEL — (Para encaminhar) — Sr. Presidente, apenas para uma complementação, uma vez que durante a presença do Deputado Fidelcino Tolentino à tribuna, procuramos fazer uma rápida observação e talvez não tenhamos sido suficientemente claros.

A nossa preocupação está realmente no Artigo 5.º. Porque, é o artigo que se pretende alterar. Ele estabelece as funções de Diretor-Presidente, Diretor-Técnico e Diretor-Financeiro. Ao passo que, na Mensagem encaminhada a esta Casa, o Estatuto Social do Banco é que estabelecerá a composição da Diretoria e as atribuições e poderes de seus diretores.

Observando na própria Mensagem que vem do Governo, vemos que se diz: "Que as pretendidas alterações também são necessárias e oportunas, a fim de que o BADEP possa dinamizar seu funcionamento, mediante ajustes na estrutura de seus órgãos diretivos, com significativa contribuição e melhor desempenho de suas atribuições."

Mas, não disse mais nada. Nada que pudesse ser realmente mais esclarecedor, a não ser aquilo que ele, Governo, entende, mas que não conseguiu — pelo menos para mim — traduzir exatamente aquilo que possa representar essa melhoria que pudesse

ser por esta Casa também julgada.

Com referência também ao artigo 7.º, podemos observar que, mais ou menos, houve uma repetição da mesma composição anterior com duas ressalvas.

Houve apenas uma alteração, porque uma delas dizia que o Secretário da Agricultura que faria parte. Ao passo que, agora, diz que será o Secretário da Secretaria à qual estiver vinculado o Banco. E, hoje, ele está vinculado à Secretaria da Indústria e Comércio, mas poderá ter alteração.

Mas, as outras alterações que nos chamaram a atenção, duas delas, uma dizendo apenas que um representante do Governo Estadual, escolhido entre os Secretários de Estado. Isso significa que é um a mais que foi acrescido.

Então, teremos a presença, possivelmente, de dois Secretários de Estado.

Depois, a alínea "h" que chamou bastante atenção, quando diz: "Os membros do Conselho de Administração — estou entendendo que com a presença dos Membros do Conselho de Administração também dentro deste Conselho de Investimento, teríamos assim ampliada, mas ampliada dentro do próprio interesse, não no aspecto de fiscalização mas dentro dos próprios integrantes do Banco do Desenvolvimento do Estado do Paraná. Em função disso, e porque realmente, as razões alinhavadas não me convencem, e até que tenhamos, vamos aguardar possivelmente amanhã, tenhamos melhores esclarecimentos, eu me julgo em condições, inclusive, de não votar favoravelmente à matéria.

E aguardarei efetivamente, desde que a matéria passe à segunda, e tenha os esclarecimentos, não sei quais seriam esses esclarecimentos de poder reexaminar a minha posição, mas por ora, a minha posição é contrária à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Em votação.

Para encaminhar, o Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, eu já tinha até anotado essa observação de dois Secretários, primeiro, um Secretário, agora dois Secretários de Estado. Então realmente, a gente é forçado a raciocinar que os Secretários estão precisando de mais um emprego. Nós sabemos que Secretário de Estado, dificilmente, tem tempo para ir fazer expediente num Banco desse. Só vai lá para receber, ainda de vez em quando dar uns palpites e só, nada mais que isso.

O fato é que já tem o Secretário de Agricultura, e agora criando mais um, vai ocorrer que além do Secretário de Agricultura, ou de outro, para acomodar interesses políticos, dois Secretários vão ser trazidos à colação da Diretoria desse Banco.

Mas, um aspecto abordado aqui, pelo Deputado Fiori Luiz, e depois contestado pelo Líder da bancada da maioria, o aspecto do juro. E falou sobretudo, do problema inflacionário, quem é o agente do desenvolvimento inflacionário no País, só tem um, e quem diz isso, foi um dos mais célebres economistas que passou recentemente no Brasil. E inclusive, cujo nome não me recordo, mas me recordo de Galbryt, que também um dos mais renomados economistas, acabou de dizer em conferências aqui no Brasil, o agente propulsor da curva inflacionária é o próprio Governo. E com isso, quem pode negar, que com a instituição dessas diretorias, não é também o aceleramento dos índices inflacionários, isso é indiscutível, quanto maior a despesa, evidentemente diminui o poder aquisitivo da moeda. E esta é a regra econômica.

Por outro lado, cobrar-se, eu até quero antes de perder a oportunidade, dizer que muitos poderão correr, dizer que o petróleo é o agente da maior curva inflacionária do País. Como o Japão compra 100% de petróleo, eu até poderia aduzir ao Japão a própria Alemanha, os dois países massacrados na última guerra e que hoje estão no aspecto econômico internacional, emprestando dinheiro para os países dos dois blocos, o ocidental e o comunista.

Então, é uma situação nem discutível, é uma situação absolutamente indiscutível que o Governo realmente, é incapaz, e a prova disso está aí, a prova disso está aí, nós estamos falando em Banco, Banco gera o pensamento sobre os aspectos de natureza econômico-financeira. Eleger as prioridades do Governo. Governo Federal principalmente, quais as prioridades do Governo Federal? As usinas nucleares são as mais propaladas prioridades do Governo.

A construção de estradas, a instituição das indústrias de automóveis que está na iminência de sofrer um novo aumento, quem paga este custo? Custo social, eminentes Deputados, é uma situação que precisa o Parlamento discutir, o que é prioridade para o Governo. Prioridade é pretender aqueles que eles chamam de subversivos? E colocar as Itaipu e as outras usinas além das nucleares, e instituir gastos exagerados e o Brasil no ano que vem vai precisar buscar fora empréstimos para restaurar a sua dívida, em mais 19 bilhões de dólares.

São questões que precisam ser levantadas, e na hora em que fala de juros, meu Deus do Céu, recentemente, fazia um ano que o Governo tinha instituído o pacote econômico, do mês de dezembro, dia 7 de dezembro de 1979, e o desastre inflacionário está aí, dobrou, o índice inflacionário no País. E agora mais uma vez se fala da liberalização dos juros. Quem está ganhando neste País, Sr. Presidente? Nas costas de quem? Quem trabalha neste País, Sr. Presidente, para agregar as riquezas nacionais, principalmente, a classe de média para baixo, porque os demais só gerem os negócios, mas a classe trabalhadora do País é que está pagando este custo e tem outros problemas mais que poderíamos aduzir como o BNH e outros Bancos que existem por aí e acarretam milhões de lucros para os seus cofres e que muitas vezes, o pequeno trabalhador, marginalizado, trazido para a formação de riquezas, é afastado na hora da distribuição das rendas.

É este o ponto de vista que contesto à Liderança do Governo, em dizer, onde se pode representar a Federação dos Trabalhadores da Indústria de um Banco desses? Ora, se a Federação da Indústria pode se representar porque os representantes dos trabalhadores não podem ser representados? Há diferença neste País, Senhor Presidente; há discriminação social neste País, as classes sociais estão divididas pelo Governo e é por isto que não houve conciliação nacional neste País. Não há forma dos trabalhadores se conciliarem com os empresários e nem com o capitalismo, não há forma. Precisa-se fazer um novo pacto social.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Em votação. Os Senhores Deputados que aprovam, queiram permanecer como estão.

Aprovado.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa defere.

Os Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se. — (Pausa). Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

5 Srs. Deputados aprovam; 10 Senhores Deputados rejeitam. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 9, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO — 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 158/80.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 96, 156 e 157/80.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 168/80 e das Resoluções n.ºs 66, 67, 68, 69 e 73/80.

Levanta-se a sessão.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO -- CONTADORIA GERAL
BALANCETE DO MÊS DE NOVEMBRO DE 1980

A T I V O		P A S S I V O	
DISPONÍVEL		LIBERAÇÃO DA SEC. DAS FINANÇAS	
201.101 -- Tesouraria	13.213.110,09	PESSOAL	
		211.101 -- Venc. e Vantagens Fixas	152.600.000,00
		211.102 -- Desp. Variáveis C/P/Civil	85.600.000,00
		211.103 -- Contribuições de Prev. Social	3.400.000,00
		211.104 -- Outras Obrigações Patronais	700.000,00
		211.105 -- Inativos	58.800.000,00
		211.106 -- Pensionistas	12.050.000,00
		211.107 -- Salário-Família	1.700.000,00
		211.108 -- Outras Transf. a Pessoas	315.090.000,00
		OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	
		211.201 -- Material de Consumo	7.700.000,00
		211.202 -- Serv. de Terceiros e Encargos	72.996.190,00
		211.203 -- Desp. dos Exerc. Anteriores	650.000,00
		211.204 -- Subvenções Sociais	27.563.000,00
		211.205 -- Apoio Financeiro a Estudantes	3.867.000,00
		211.206 -- Assist. Médico-Hospitalar	3.500.000,00
		CAPITAL	
		211.301 -- Obras e Instalações	22.000.000,00
		211.302 -- Equip. e Material Permanente	700.000,00
			22.700.000,00
		454.066.190,00	
		CREDITORES	
		212.101 -- Despesas Empenhadas	11.220.142,23
		213.101 -- Despesas Processadas	4.590.013,54
		213.20 -- Folha de Pagamento	139.740,50
			15.949.896,27
		CONTAS PENDENTES	
		215.101 -- Outras Contas Pendentes	370.804,55
		RESTOS A PAGAR	
		216.10 -- Empenhadas	658.847,44
		216.209 -- Processadas Creditores	- 0 -
		216.30 -- Cred. em Consignações	- 0 -
		216.405 -- Proccs. Folha de Pagamento	658.847,44
		CREDITORES DIVERSOS	
		217.10 -- Consignações	2.581.755,08
			19.561.302,74
		TOTAL DO PASSIVO	473.627.492,74
		TOTAL DO ATIVO	473.627.492,74

PALÁCIO "XIX DE DEZEMBRO", EM 03 DE DEZEMBRO DE 1980

a) DIRETOR FINANCEIRO

CONTADOR GERAL